

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE -----

----- **ATA NÚMERO QUARENTA E TRÊS** -----

----- Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e catorze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em Sessão Extraordinária, primeira reunião, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Almeida Leitão, Primeiro Secretário, e pela Excelentíssima Senhora Margarida Saavedra, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António José do Amaral Ferreira de Lemos, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando José da Siva e Nunes da Silva, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, João Ricardo Vasconcelos, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, José Vítor dos Reis, Luís Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Tiago Crispim Rosado, Natalina

Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nelson Pinto Antunes, Patrícia Caetano Barata, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado e Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----
----- José António Cardoso Alves.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, à *contrário sensu*, na linha d) do nº. 1, do artigo 3º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º. Do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Vítor Reis.-----

----- Rodrigo Gonçalves da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata.-----

----- Maria Luísa Aguiar Aldim (CDS/PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António José do Amaral Ferreira de Lemos.-----

----- Tiago Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves.-----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Pires.-----

----- Mariana Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Ricardo Vasconcelos.-----

----- Solicitaram a suspensão do mandato que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 77º da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, à *contrário sensu*, na alínea d), do nº. 1, do artigo nº 3º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 7º do Regimento da Assembleia Municipal, o seguinte Deputado Municipal: -----

----- O Senhor Deputado Municipal Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS/PP), relativamente aos impedimentos no período entre vinte e quatro de setembro a trinta e um de outubro de 2014.-----

----- Foram retiradas as faltas do Senhor Deputado André Couto, Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, relativas à sessão extraordinária de 20 de maio de 2014 e na sessão extraordinária de 27 de maio de 2014.-----

----- Foi justificada a falta marcada ao Senhor Deputado Municipal Davide Amado, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, relativa à sessão extraordinária de 10 de dezembro de 2013. -----

----- Foi injustificada a falta marcada ao Senhor Deputado Municipal Davide Amado, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, relativa à sessão extraordinária de 6 de maio de 2013. -----

----- Foram justificadas as faltas marcadas ao Senhor Deputado Municipal Artur Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, relativa à sessão extraordinária e à reunião de continuação de sessão ordinária realizadas em onze de março de 2014. -----

----- Foi retirada a falta marcada à Senhora Deputada Municipal Rute Lima, Presidente da Junta de Freguesia dos Olivais, relativa à sessão extraordinária realizada em vinte e cinco de fevereiro de 2014. -----

----- Foi injustificada a falta marcada à Senhora Deputada Municipal Rute Lima, Presidente da Junta de Freguesia dos Olivais, relativa à sessão extraordinária realizada em seis de maio de 2014. -----

----- Foi retirada a falta marcada ao Senhor Deputado Municipal Augusto Albuquerque relativa à reunião de continuação da sessão ordinária realizada em vinte e cinco de fevereiro de 2014. -----

----- Foi injustificada a falta marcada do Senhor Deputado Municipal Vasco Morgado, Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, relativa à reunião de continuação da sessão extraordinária realizada em oito de abril de 2014. -----

----- Foram justificadas as faltas aos Deputados Municipais e seguir mencionados relativos à 31ª. Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (2ª. Reunião de continuação da 3ª. Sessão ordinária) realizada em vinte e quatro de junho de 2014: Senhora Deputada Municipal Ana Sofia Dias; Senhor Deputado Municipal Davide Amado, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara; Senhor Deputado Municipal Álvaro Carneiro; Senhor Deputado Municipal Tiago Albuquerque Nunes Teixeira e Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro. -----

----- Foram justificadas as faltas aos Deputados Municipais e seguir mencionados relativos à 32ª. Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (18ª. Sessão extraordinária) realizada no dia vinte e quatro de junho de 2014: Senhor Deputado Municipal Augusto Miguel Gama Albuquerque; Senhor Deputado Municipal André Couto Presidente da Junta de Freguesia de Campolide; Senhor Deputado Municipal Davide Amado, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara; Senhor Deputado Municipal Álvaro Carneiro; Senhor Deputado Municipal Luís Newton Parreira, Presidente da Junta de Freguesia da Estrela; Senhor Deputado Municipal Tiago Albuquerque Nunes Teixeira; Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro; Senhora Deputada Municipal Ana Drago; Senhor Deputado Municipal Fernando Braamcamp.-----

----- Foi retirada a falta marcada ao Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo, na 32ª. Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (18ª. Sessão extraordinária), realizada no dia vinte e quatro de junho de 2014. -----

----- Foi justificada a falta ao Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, à 33ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (3ª. Reunião de continuação da 3ª. Sessão ordinária) realizada em um de julho de 2014. ----

----- Foi justificada a falta ao Senhor Deputado Municipal Tiago Albuquerque Teixeira relativa à 34ª. Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (19ª. Sessão extraordinária) realizada no dia oito de julho de 2014.-----

----- Foi justificada a falta à Senhora Deputada Municipal Maria Sofia Cordeiro relativa à 34ª. Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (19ª. Sessão extraordinária) realizada no dia oito de julho de 2014.-----

----- Foram justificadas as faltas aos Senhores Deputados Municipais a seguir mencionados relativos à 35ª. Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (20ª. Sessão extraordinária) realizada no dia quinze de julho de 2014: Senhora Deputada Municipal Maria Sofia Cordeiro; Senhor Deputado Municipal Carlos Alpoim Barbosa e Senhor Deputado Municipal Miguel Tiago. -----

----- Foram justificadas as faltas aos Senhores Deputados Municipais a seguir mencionados relativos à 36ª. Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (21ª. Sessão extraordinária) realizada no dia quinze de julho de 2014: Senhora Deputada Municipal Maria Sofia Cordeiro; Senhor Deputado Municipal Carlos Alpoim Barbosa; Senhor Deputado Municipal Miguel Tiago; Senhora Deputada Municipal Ana Maria Gaspar Marques; Senhor Deputado Municipal José Alberto Ferreira Franco; Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto e Senhora Deputada Municipal Maria Cândida Madeira. -----

----- Foi justificada a falta dada pela Senhora Deputada Municipal Sandra da Graça Paulo na 37ª. Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (3ª. Sessão ordinária) realizada no dia vinte e dois de julho de 2014. -----

----- Foi justificada a falta dada pela Senhora Deputada Municipal Ana Maria Páscoa na 38ª. Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (22ª. Sessão extraordinária) realizada no dia vinte e quatro de julho de 2014. -----

----- Foi justificada a falta dada pela Senhora Deputada Municipal Margarida Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Arroios, na 39ª. Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (23ª. Sessão extraordinária) realizada no dia vinte e nove de julho de 2014. -----

----- Foi justificada a falta dada pelo Senhor Deputado Municipal Miguel Tiago, na 40ª. Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (3ª. Sessão ordinária – 5ª. Reunião de continuação) realizada no dia nove de setembro de 2014. -----

----- Foi justificada a falta dada pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos, na 41ª. Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (4ª. Sessão ordinária) realizada no dia dezasseis de setembro de 2014.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente António Costa e pelos Senhores Vereadores: Graça Fonseca, Paula Marques, Duarte Cordeiro, Manuel Salgado, João Afonso e Catarina Vaz Pinto.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Paulo Quaresma, António Prôa, João Pedro Goncalves Pereira, Carlos Moura e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- Seguidamente, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A nossa sessão de hoje, eu queria fazer aqui alguns avisos, em primeiro lugar um aviso que faço desde já e que voltarei a repetir no final da reunião, para a semana não há sessão da Assembleia Municipal, temos a nossa matéria em dia e não temos propostas agendadas, portanto, no dia 7 de outubro não temos sessão de Assembleia Municipal. Registem isto, porque como temos tido todas as semanas, é uma disponibilidade que fica criada. -----

----- Em segundo lugar queria dizer-vos que houve vário expediente trocado entre a Diretora de serviços da Assembleia Municipal de Lisboa e a Assembleia Municipal por causa das declarações por mim prestadas nomeadamente sobre o processo da Assembleia Distrital de Lisboa, há uma incorreção nas declarações que eu fiz aqui e, portanto, aproveito agora o momento para retificar as minhas declarações. -----

----- Eu disse nessa reunião que tínhamos que tratar do problema da universalidade jurídica dos bens da Assembleia Distrital, posto o que se poderia proceder à extinção da Assembleia Distrital, ora não podemos proceder a nenhuma extinção da Assembleia Distrital pela simples razão de que com a atual Constituição enquanto não forem criadas as Regiões as Assembleias Distritais mantêm-se, portanto, o problema é um problema apenas de organização de serviços, de continuidade, mas não de extinção do Órgão porque esse só poderá ser extinto ou por alteração da Constituição ou por criação das Regiões, portanto, fica feita a retificação, peço desculpa do meu lapso, com particular gravidade, dado o facto de eu ter sido Deputada Constituinte e tinha a obrigação de saber a Constituição de trás para a frente, portanto, foi de facto um lapso da minha parte. -----

----- Vamos então dar início aos nossos trabalhos, Senhores Deputados Municipais, nos termos do regimento hoje é uma sessão de Declarações Políticas. O Regimento diz com muita clareza que em Declarações Políticas usarão da palavra os Deputados e Grupos Municipais que se inscreverem até ao início da sessão e nós temos inscritos o PSD, o PEV, os Independentes, o Partido Socialista, o PCP, o MPT, o BE e o CDS/PP. Se mais algum Grupo Municipal se quiser inscrever agradeço que comuniquem de imediato à Mesa porque iniciando-se a sessão já não podemos aceitar inscrições para Declarações Políticas nos termos do Regimento. -----

----- Esta sessão é uma Sessão Extraordinária, havendo lugar à intervenção do Público, temos dois cidadãos inscritos para falar, que se inscreveram hoje mesmo, portanto, nós vamos dar a palavra aos cidadãos inscritos, que têm 5 minutos cada um.” -----

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente** nos termos regimentais abriu o período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Senhora Otilia Maria da Piedade Dias Barreiros**, residente na Calçada da Ajuda, nº119 – 2ªFrente, 1330-007 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Venho aqui para salientar algo que acho que é do interesse de todos, também do meu. Sou vítima de violência doméstica. Tenho o estatuto de vítima que me foi entregue por parte das autoridades, estatuto esse, que me diz que eu tenho direito a ajuda monetária ou um fogo camarário. -----

----- Dirigi-me à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, dirigi-me à Câmara Municipal de Lisboa, de há um ano a esta parte e fiz a minha inscrição para uma casa camarária ao abrigo daquele estatuto, ao qual me dirigi lá para saber como é que estava a situação. Tive de tratar de papéis de toda a parte e mais alguma e entretanto, fiquei a saber que tive uma pontuação de 0,9, não sei porquê, porque tenho um ordenado de 485 euros mensais, sou funcionária pública no Hospital de Santa Maria. --

----- Tenho uma filha e tive que abandonar o meu lar, em virtude dos acontecimentos, e vinha pôr o meu caso e dizer que é com grande admiração, sei lá, num País em que eu vivo, num País em que eu nasci, e que quando eu preciso vejo as portas fechadas e queria tentar sensibilizar, que tenho intenções de ir à comunicação social falar até da APAV, porque tudo aquilo que nós ouvimos através da comunicação social, quando nós estamos no terreno e quando nos vimos nos problemas, nada disso é real! É tudo uma coisa que, há vai aqui, há vai ali, vai além e ninguém dá resposta, ninguém diz nada! -----

----- Infelizmente não fui a primeira, não fui a última nem muitas serão! Gostava que alguém pudesse ajudar-me, no sentido de ter uma casa, porque tive que deixar a minha.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- Muito Obrigada Senhora Otilia, em primeiro lugar queria felicitá-la pela coragem de trazer esse problema aqui, uma vez que sendo a própria a passar por essas coisas todas, teve a coragem de dar a cara e queria dizer-lhe que há de haver certamente algum equívoco no tratamento do seu processo. -----

----- Tenho presente a Senhora Vereadora, ela não lhe pode responder aqui diretamente, mas a Senhora Vereadora tem aí o seu Assessor que penso que poderá falar consigo, porque tendo a senhora um estatuto de vítima de violência doméstica, o procedimento para entrega de habitação não vai pelo concurso normal das pontuações, é uma via mais rápida. Mas por isso ele terá que ver, posso estar a dar uma informação incorreta, certamente o Senhor Assessor corrigirá.-----

----- Nós temos um protocolo com duas organizações, que têm uma bolsa de habitações, que atribuem para pessoas vítimas de violência doméstica e terá que se ver, se poderá ser ao abrigo desse protocolo encontrada uma solução. -----

----- Isto estará nas mãos, naturalmente, dos serviços de apoio à Senhora Vereadora e também das organizações que com a Senhora Vereadora colaboram, mas neste momento o que eu vou pedir, é a Senhora Vereadora para pôr alguém para atender, para se, enfim ver, como é que se poderá fazer alguma coisa pela sua situação, e mais uma vez parabéns pela sua coragem, e força! -----

----- **O Senhor António Manuel Ferreira Alves Miguel,** residente na Avenida 24 de julho, loja nº44, 1200-498 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Lisboa, Senhor Presidente da Câmara de Lisboa, Senhores Vereadores, Senhores Assessores dos Senhores Vereadores, que parece serem uma peça muito importante neste esquema todo, e não queria ser deselegante dizendo que faz algum sentido, porque se calhar alguns Senhores Vereadores estão à janela a ver a banda passar, Senhores Deputados Municipais, Senhores Jornalistas, meus Senhores e minhas Senhoras. -----

----- Sim, eu sei que já passou um minuto, agradeço à Senhora Presidente ter-me dado cinco, mas no *email* que recebi dos serviços diziam que era só três, portanto é três o que eu trago preparado. -----

----- Quem conhece esta questão, sabe que foram\ efetuados alguns disparates pela Divisão dos Mercados e Feiras da CML. Eu penso que esta Assembleia Municipal deva ter conhecimento do despacho que foi assinado pelo Senhor Vereador, onde se diz que os operadores dos Mercados Municipais não podem alterar o seu ramo de atividade, contrariando assim uma prática que se conhece desde sempre. -----

----- Todas as pessoas com quem eu falei e que eu ouvi, disseram-me que tal despacho é ilegal e se é uma questão de ilegalidade, é seguramente contrário à tradição da Câmara Municipal. -----

----- Infelizmente não tenho pareceres assinados por grandes professores de Direito, até porque não tenho dinheiro para lhes pagar, mas enfim, todos nós melhor ou pior, conhecemos advogados e portanto parece-me que não é uma questão de Direito. -----

----- Porque é que foi alterado este conceito nas últimas semanas? -----

----- De legalidade ou não, eu não falarei mas, que é ilegítimo e que é intelectualmente desonesto esta alteração, é! -----

----- Garantidamente será ilegítimo não permitir às pessoas que têm dificuldades imensas de alterar o seu ramo de atividade. Nunca aconteceu isso na Câmara Municipal de Lisboa! -----

----- Nesse mesmo despacho é dito que não se pode alterar a descaracterização dos mercados. Isto tem alguma piada, porque quem descaracterizou o nosso mercado foi a Time Out, agora dizem que são os operadores que lá estão há trinta anos, como é o nosso caso, que estamos a tentar descaracterizar aquilo, quer dizer, isto enfim não lembra a ninguém. -----

----- O entendimento dos Técnicos da Divisão de Mercados, segundo julgo saber, é claramente a defesa da nossa posição o que torna ainda mais estranho, porque foi por decisão política e não técnica, que saiu este despacho neste sentido. -----

----- Aqui chegados é óbvio que tem que ser colocada uma pergunta. Existe ou não, um contrato secreto que nós desconhecemos, não estou a dizer que seja ilegal, mas estou a dizer secreto entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Time Out? -----

----- Porque se não há, parece! -----

----- Eu falaria mais, se tivesse oportunidade. Deixo ficar o meu *email*, especialmente para os Senhores jornalistas, alves.miguel@mail.telepac.pt, se precisarem de mais esclarecimentos estou ao vosso dispor, alves.miguel@mail.telepac.pt.” -----

----- Senhora Presidente, muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu:-----

----- “Muito obrigado Senhor António Manuel, dar-lhe aqui um esclarecimento, de que quando a Mesa faz aqui referência aos Senhores Assessores que estão aqui presentes é por uma razão muito simples, o Regimento e a Lei não preveem que nestas intervenções do público haja uma resposta direta da Câmara, portanto, os Vereadores não podem usar da palavra para responder ao público. Seria o mais simples, mas para esse efeito existem as Reuniões Descentralizadas da Câmara, nestas reuniões, sabendo eu que os Senhores Vereadores estão presentes e que têm aqui os seus Assessores aquilo que eu peço muitas vezes é que pelo menos um Assessor fale diretamente com o Município que acabou de intervir porque pode obter mais esclarecimentos do que aqueles que a Mesa neste momento está em condições de dar, portanto, queria dar esta explicação, não é nenhuma esquisitice, é uma tentativa de acelerar os circuitos e permitir que os munícipes levem no final da sua intervenção alguma informação mais concreta, mas naturalmente a Mesa dá sempre seguimento a estas intervenções, manda tirar da gravação o que as pessoas disseram, junta os documentos que eventualmente tenham deixado, envia para a Câmara e quando recebe a resposta da Câmara envia para os munícipes, portanto, é isso que iremos fazer também com a intervenção do Senhor António Manuel.-----

----- Posto isto, não temos mais intervenções do público, temos oito Grupos Municipais inscritos, sete Grupos Municipais e os Independentes inscritos para falar nas Intervenções Políticas.

----- Há aqui uma informação importante que o Senhor Primeiro Secretário quer dar antes de darmos a palavra para as declarações políticas.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário Maximiano Leitão** no uso da palavra deu a seguinte informação:-----

----- Recebemos mais uma Petição que nos foi remetida pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente, Natalina Tavares de Moura, que tinha sido entregue essa Petição relativa à Vila Macieira, situada na Calçada dos Barbadinhos, cuja primeira subscritora é a Doutora Cristina Félix Nunes Martinho.-----

----- Em síntese a Petição chama a atenção para que a Vila Macieira está desocupada e degradada há muitos anos e foi ocupada por um elevado número de pessoas que dormem, comem e vivem num espaço que não apresenta condições de habitabilidade e de higiene, para além de outras considerações termina-se exigindo que as pessoas que habitam a Vila sejam realojadas em locais apropriados e o acesso vedado a estranhos, portanto, o espaço devia ser reabilitado, mas se não for possível passam a exigir a demolição como segurança e saúde pública.-----

----- Portanto, esta Petição terá a tramitação habitual das petições.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu:-----

----- “Muito obrigado, apenas acrescentar que tem mais de 250 assinaturas e, portanto, será discutida em plenário depois de ser apreciada pela Comissão, que veremos qual é em razão da matéria.-----

----- Agora sim estamos em condições de iniciar as Declarações Políticas.”-----

----- Entrou-se no período destinado a **DECLARAÇÕES POLÍTICAS**.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte declaração política: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal, respetivos Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Fez ontem um ano que o Partido Socialista, e António Costa, ganharam as eleições autárquicas tendo obtido uma maioria muito significativa na câmara Municipal, na Assembleia Municipal e nas 24 Juntas de Freguesia de Lisboa. -----

----- Disse-o na altura e repito hoje, a grande maioria das autárquicas de 3013 obrigaria naturalmente a mais responsabilidade e a um maior dever de envolvimento e prestação de contas aos lisboetas e também aos partidos da oposição sobre a condução dos destinos da cidade, no fundo a mais transparência e a mais rigor no exercício das funções do Executivo Camarário. -----

----- Passado um ano, depois de seis anos da mesma liderança à frente dos destinos da Câmara Municipal de Lisboa a reflexão que se impõe é sabermos se estamos de facto melhor ou pior, se temos ou não uma cidade melhor, se a Câmara Municipal presta ou não um melhor serviço aos lisboetas, se o Município de Lisboa é hoje ou não um município com uma sustentabilidade económico financeira estável e equilibrada. -----

----- Apesar de na próxima Assembleia Municipal termos oportunidades de debater o estado da cidade não é despiciente afirmar que reconhecemos naturalmente e porque é assim que também deve ser encarada a política, ou seja, com rigor e seriedade que, e fazendo uma retrospectiva dos últimos 7 anos de governação de António Costa existem naturalmente aspetos em que Lisboa está melhor e a melhorar, em matérias como a ação social, internacionalização e empreendedorismo, habitação social, Lisboa melhorou com verdade e seriedade reconhecemos isso, talvez seja um benefício da grande coligação que governa Lisboa, mas com a mesma frontalidade, rigor e frontalidade, porque é esse também o nosso dever acusamos algumas áreas neste último ano, que neste último ano está bem pior quando comparadas com anos anteriores e são vários os exemplos onde a Câmara Municipal está pior, está pior na higiene urbana, está pior na manutenção do espaço público, está pior na mobilidade urbana, nas questões de segurança e proteção civil, num conjunto de matérias que interferem diariamente com a vida dos lisboetas e daqueles que nos visitam e que cá trabalham, mas está pior porquê? Perguntarão os lisboetas de uma maneira geral. -----

----- Essa resposta parece-nos relativamente evidente, a ausência do Presidente da Câmara Municipal nestes últimos meses de governação prejudicou não só o funcionamento da sua equipa como transtornou a vida aos lisboetas, o que significa que temos um Executivo Municipal centrado na personalidade e na condução política do seu Presidente. -----

----- Quando em junho passado apresentámos nesta Assembleia uma Moção sobre a disponibilidade de António Costa em manter-se na Câmara Municipal com, na altura a previsível acumulação de líder do Partido Socialista, o Vice-Presidente Fernando Medina, que durante estes meses ocupou o lugar de Presidente Interino considerou o assunto pouco significativo e extemporâneo-----

----- É verdade que António Costa não é ainda líder do PS, formalmente não é, mas desde domingo passado com a sua vitória na disputa interna do Partido Socialista, que aproveite para felicitar, sem que naturalmente não me leve a mal não lhe desejar nenhum sucesso, que a questão assumiu ainda maior pertinência, aliás, e sobre a Moção que apresentámos em junho o tempo e os factos desse tempo decorrido entre junho e hoje vieram revestir de absoluta significância as nossas interrogações. -----

----- Foi exatamente durante esse período de ausência, quase permanente, que surgiram os maiores problemas, por exemplo na higiene urbana na cidade causando, e que ainda hoje causam um transtorno assinalável aos lisboetas, a equipa ressentiu-se com a ausência do líder, claudicou, hesitou, desmontou-se, falou. -----

----- Bastaram seis meses de maior ausência do Presidente da Câmara Municipal para que fosse posto a nu as fragilidades do Executivo para que essas fragilidades entrassem pela vida dos lisboetas a dentro. Na altura, em junho, pedimos uma clarificação em nome dos lisboetas, sobretudo porque todos têm o direito de saber com o que contam e para o futuro da sua cidade, não obtivemos nenhuma resposta, era cedo e os lisboetas sentiram na pele o custo dessa ausência e o custo dessa indefinição. -----

----- Hoje já não é cedo, começa aliás a ficar tarde e por isso impõe-se que seja esclarecida sem rodeios e fugas para a frente, que António Costa sairá de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, mas cumpre clarificar quando será essa saída, se uma campanha interna do Partido Socialista o afastou da liderança dos destinos da cidade, imaginem o que não fará a criação de uma agenda para a década e a liderança da oposição ao Governo de Portugal! -----

----- Este esclarecimento que pedimos é legítimo, é sério e em nada ofende o bom nome do Presidente da Câmara Municipal, é um esclarecimento pela transparência de quem exerce cargos públicos e pela responsabilidade que é devida aos lisboetas. -----

----- Não temos nenhum regozijo pessoal nesta matéria, aliás sobre isto temos uma posição definida e que é muito clara, se houve vencedor das eleições primárias no Partido Socialista foi a cidade de Lisboa que, finalmente e, após um ano de mandato está perto de ter um Presidente que a ela se dedique a tempo inteiro!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, boa-tarde. Cumprimentos extensíveis à Mesa, à Vereação, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, aos colegas, ao público presidente. -----

----- A intervenção aqui proferida pelo Grupo Municipal do PSD acaba por ser previsível e enquadrada na dinâmica política criada com a vitória do Doutor António Costa nas eleições primárias, diria que é uma tentativa de aproveitamento político não muito sofisticada na medida em que pretende dar a entender ou criar uma ideia falaciosa de que a gestão municipal sairá prejudicada com qualquer que seja a decisão do vencedor das eleições primárias do PS. -----

----- Eu queria a este propósito trazer ou chamar a memória de alguns Deputados Municipais presentes nesta Assembleia que exerceram mandatos anteriores sobre dois

casos de sucessão na presidência da Câmara Municipal de Lisboa por exercício de outras funções. -----

----- O primeiro caso remonta à década de 90 em que o Doutor Jorge Sampaio renuncia ao cargo de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa para se candidatar e depois exercer as funções de Presidente da República, sucedendo nas funções o Doutor João Soares. -----

----- Quanto a esse aspeto creio que a memória coletiva da cidade encara como uma boa experiência, uma experiência de continuidade, aliás, em coligação com o Partido Comunista Português nessa altura na governação da cidade, uma experiência boa para Lisboa que estruturou determinadas matérias que ainda hoje produzem os seus efeitos.

----- Outra experiência já não tão boa, diria que é a história má por contraposição à história boa, é a que diz respeito à sucessão de Pedro Santana Lopes por Carmona Rodrigues, aliás, esta é uma história com muito mais vicissitudes, muito mais conturbada! -----

----- Diz Pedro Santana Lopes em 6 de julho de 2004, na sua primeira declaração pública enquanto líder do PSD, após a cessação de funções de Durão Barroso que “após a sua saída da Câmara Municipal de Lisboa a sucessão natural seria a de Carmona Rodrigues, que tinha saída da Câmara Municipal de Lisboa há cerca de 8 meses antes para ser empossado Ministro das Obras Públicas do Governo de Durão Barroso e que assim regressaria à Câmara Municipal de Lisboa, onde tinha deixado de ser Vice-Presidente para assumir a Presidência”, e isto na altura o PSD encarou com toda a naturalidade e através do seu líder Pedro Santana Lopes afiançou ao país que seria uma lógica de continuidade que em nada abalaria os destinos da Cidade.-----

----- Ora bem, a experiência comprova que não foi nada assim! Foi uma turbulência completa a gestão da cidade nesses dois últimos anos, que fica para a memória o triste caso Braga Parques e o Parque Mayer, recentemente resolvido por este Executivo Municipal e sobre essa matéria o PSD devia ter algum decoro quando se refere agora com aproveitamentos políticos relativamente à possibilidade de cessação de funções do Doutor António Costa. -----

----- Sobre este aspeto diria também o seguinte, são muito diferentes as situações, são muito diferentes as situações porque nos mandatos anteriores dos Executivos liderados pelo Doutor António Costa a cidade estabilizou, tem um PDM aprovado que está a ser executado, tem o planeamento financeiro que também prevê a sua sustentabilidade, embora esteja lançado um debate que diz respeito a todos os partidos políticos com responsabilidades governativas municipais e nacionais sobre o novo modelo de financiamento das Autarquias Locais.-----

----- Não se notam nos debates que antecederam esta Sessão questões alarmantes relativamente à gestão da cidade, embora o PSD aqui conjuntamente com outras forças políticas recorrentemente mencionem a transferência de competências administrativas do Município para as Freguesias como mau exemplo, a prática não o demonstra e, portanto, o que se perspectiva relativamente a esta matéria é uma continuidade tranquila, uma continuidade de mandato, uma continuidade que foi sufragada nas urnas com uma ampla maioria, sendo que nessa altura já se

equacionava, já se discutia a possibilidade de o Doutor António Costa assumir outras funções pelo carisma, pela competência que publicamente lhe é reconhecida e, portanto, a questão que colocava diretamente ao Grupo Municipal do PSD é, tirando o oportunismo político desta sua intervenção, qual é o alarme social concreto que se sente na Lisboa, onde estão os riscos da eventual saída do Doutor António Costa para liderar o Partido Socialista e ser candidato a Primeiro-Ministro? Concretize esses riscos, esse alarme!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte declaração política final: -----

----- “ Senhora presidente, eu respondendo ao Senhor Deputado Municipal João Pinheiro, só por distração ou por não ter ouvido aquilo que disse é que pode fazer a intervenção que fez e a pergunta que fez, ninguém pôs em causa, faz lembra um pouco aquilo que o Presidente da Câmara Municipal disse na Assembleia passada em relação até a uma intervenção do PSD minha escrita, e correu mal, e de facto até dá a entender que assim foi, porque eu não pus em causa nenhum risco nem nada disso, nós fizemos uma pergunta concreta, nem sequer é oportunismo político, porque nós em junho, o Doutor António Costa ainda não era o eleito do Partido Socialista para ser candidato a Primeiro-Ministro, quer dizer, nós colocámos esta questão em junho, apesar dessa vitória ser previsível na nossa perspetiva, como aliás veio a acontecer. ----

----- Mas deixe-me dizer-lhe em primeiro lugar, antes de continuar a responder, o seguinte: parece-me um pouco indecoroso o processo de intenção que faz e o que fez em relação ao Presidente Santana Lopes e em relação aos Casos Braga Parques e em relação ao Parque Mayer e só lhe faltava ter falado no Túnel do Marquês, mas eu podia-lhe dizer a si que neste Executivo está sentada uma pessoa que é responsável pelo custo que isso trouxe ao erário público e aos lisboetas, mas eu não vou fazer aquilo que o Senhor fez porque não vou fazer processos de intenções, portanto, isso da minha parte não conta! -----

----- Agora acho que é indecoroso e vergonhoso o Deputado Municipal João Pinheiro, que até é um Deputado que eu tenho em grande consideração, fazer as afirmações que fez! - -----

----- Da minha parte houve uma pergunta legítima, não há nervosismo nenhum, antes pelo contrário, a saída do Doutor António Costa para nós é um descanso porque vamos ter um Presidente a tempo inteiro e que se dedica a Lisboa a tempo inteiro e, portanto, a única coisa que perguntámos é: sabemos que vai sair, quando é que vai sair? É uma coisa tão simples quanto isso e é uma pergunta legítima! -----

----- Se não for para esclarecer os lisboetas, na sua opinião, é no mínimo para esclarecer os eleitores do Partido Social Democrata. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte declaração política: -----

----- “Muito boa-tarde Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente, Vereadores, Vereadoras, Senhoras e Senhores Deputados, público, jornalistas, funcionários. -----

----- O Senhor Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território e Energia apresentou recentemente uma denominada proposta de compromisso para o crescimento verde onde defende, entre outras soluções, medidas dissuasoras de utilização do automóvel individual com portagens nas cidades, destinadas ao financiamento dos transportes públicos e argumenta que com a conclusão do Programa de Assistência Financeira, económico financeira, monitorizado pela Troika, seria agora fundamental estabelecer e concretizar uma visão pós-Troika que implicaria a manutenção do indispensável comprometimento duradouro da responsabilidade orçamental.-----

----- Entre estratégia orçamental e portagens onde está afinal o beatífico objetivo do Governo? Serão as portagens uma solução para conter a entrada de veículos, por exemplo em Lisboa? Ou não estará o Governo encapotadamente a esconder novos impostos sobre os cidadãos? -----

----- Com efeito e segundo anunciou este mês a Estradas de Portugal as receitas de portagem aumentaram 8,6%, ou seja, 86 milhões e meio de euros nos três meses de verão deste ano em relação ao período homólogo de 2013, trata-se de um encaixe substancial para o cofres do Estado e se ainda lhe pudéssemos acrescentar mais umas portagenzinhas!... -----

----- No entanto, como defendem outros especialistas nesta matéria se o Governo estivesse realmente preocupado com as questões do ambiente e da mobilidade não aumentava a carga fiscal de quem utiliza automóvel, aumentava sim a abrangência espacial e a frequência temporal dos transportes públicos e os benefícios fiscais de quem os utiliza, por isso quando nos vem um grupo, uma coligação para o crescimento verde dizer que foram elaborados estudos sobre a melhoria da qualidade do ar e uma das medidas que são pressupostas, que são propostas, é justamente a introdução de portagens para os automóveis que entram nas cidades a afirmação merece uma análise mais abrangente, para além não apenas dos impactos de cariz ambiental como também considerando as suas implicações sociais e económicas sobre o quotidiano das famílias nas grandes metrópoles. -----

----- Se não vejamos, a quem prejudica e quem acabará por beneficiar com esta medida? Será que se trata de um projeto sustentável e socialmente equilibrado na área da grande Lisboa porque existem portagens em algumas circulares, enquanto a IC19, que até tem uma linha ferroviária paralela ao seu itinerário, ou a A5 de Oeiras para Lisboa e a A8 no troço de Loures para Lisboa não têm portagens.-----

----- Porque não se dá prioridade à implementação de mais faixas Bus ou a linhas de transportes ferroviário rápido com Interfaces? Porquê criar restrições de carácter económico se a aplicação de outras medidas mais objetivas poderão ser também dissuasoras do transporte individual? É sabido que ela já foi aplicada em cidades como Londres e Estocolmo tendo como principal objetivo a diminuição das emissões de dióxido de carbono, que constitui um dos principais fatores de poluição das cidades, que o que se pretende é criar portagens nas entradas das principais cidades, como Lisboa e Porto, ou apenas permitir o acesso em dias interpolados da semana ou

mesmo, por exemplo, pelo recurso à autorização do acesso alternadamente a viaturas com matrículas ora pares num dia, ora ímpares nos outros. -----

----- Mas podemos comparar a rede de transportes de Londres ou as alternativas de circulação em Amsterdão com as de Lisboa ou do Porto? Primeira questão.-----

----- Interessarão as portagens às Câmaras ou aos munícipes? A elas talvez não, embora não confessem abertamente, e porquê? Porque investiram na construção de vários parques de estacionamento, fizeram aprovar taxas de estacionamento à superfície e subterrâneo e precisam, enfim, da coleta das moedinhas, quanto mais pilim tilintar na máquina melhor para os seus depauperados orçamentos, o resultado seria “munícipios -1/ munícipes -0”.-----

----- Segunda questão, será que quanto mais portagens existirem menos carros entram nas cidades? Ora nós já temos esse exemplo implementado em Lisboa na Ponte 25 de Abril, ou seja, temos um modelo de portagens numa determinada zona de Lisboa para os acessos de algumas pessoas e localidades da Margem Sul, que bem se vê que pelos longos engarrafamentos a que assistimos não tem qualquer efeito relativamente ao objetivo pretendido, isto é, não houve qualquer redução do transporte individual nas entradas das pontes 25 de Abril e Vasco da Gama por causa das portagens que aí existem.-----

----- Depois, o custo de um bilhete no comboio da Fertagus é mais caro de que um bilhete de quem vem de Loures e usa outro tipo de transporte público, donde, mais estradas, igual a mais viaturas e mais tráfego, resultado, “poluição -1/ambiente – 0”.---

----- Terceira questão, das duas, uma, ou a fronteira é muito estreita e contempla apenas a zona central ou a Baixa Citadina, que até já deveria ser maioritariamente pedonal e ciclável ou se encontra posicionada nos limites mais periféricos, então se os portagens são para impedir o acesso à cidade quem já vive nela e está dentro do perímetro de circulação autorizado sai beneficiado, não seria uma medida discriminatória?-----

----- Quarta questão, também se apenas acederem alternadamente viaturas de matrícula par ou ímpar quem só possui um utilitário familiar não entra, mas as famílias mais abastadas que possuam dois e três carros entrem sempre na mesma na cidade. Às segundas, quartas e sextas entram as matrículas pares, às terças, quintas e sábados entrariam as matrículas ímpares, voltaria a ser uma opção discriminatória.-----

----- Quinta questão, impostos, são sempre os mesmos a pagá-los, ou seja, quando um casal vem em viatura particular trabalhar para a cidade a traz uma criança para um infantário se tem que o fazer e deixa de utilizar o atual minimalista sistema de transportes sai penalizado. Então porque não promover os transportes públicos com uma tarifa bilhética para passes familiares pelo número de membros na família?-----

----- No caso de um quadro dirigente ou administrador que se desloca em carro topo de gama, seu ou da empresa em que exerce funções, por vezes com motorista, entra sempre na cidade, porque o seu orçamento ou da empresa pode suportar os encargos das eventuais taxas de acesso. Auferindo um bom ordenado ou pagando-lhe a empresa a compensação pela taxa entra sempre no referido perímetro, pelo que as famílias mais pobres ficam de fora, é ou não é discriminatório?-----

----- Sexta questão, esta tentativa de desincentivo do uso automóvel particular transferindo o Governo o ónus sobre os munícipes constitui uma medida manifestamente popular, depois não passa de uma forma de sobrecarregar ainda mais as famílias que neste momento já encaminham uma percentagem considerável do seu orçamento familiar para o custo dos transportes, para além de já terem contribuído para o erário público através dos impostos. -----

----- Finalmente, o Governo que mais não tem feito do que prosseguir políticas erradas em relação à mobilidade e tem empurrado cada vez mais os portugueses para fora dos transportes coletivos e para o recurso do automóvel individual, o que tem em vista é a privatização de um serviço público indispensável ao dia-a-dia de estudantes, idosos e trabalhadores em geral, o Governo vota ao total desprezo a resolução dos problemas dos vários sistemas de transportes coletivos, a bilhética, a resolução dos problemas de intermodalidade entre os vários sistemas de transporte público, o uso de veículos com baixa emissão de poluentes ou por exemplo a construção de novos troços ferroviários que garantam um acesso rápido à capital. A Tutela não parece interessada em incentivar o uso de transporte coletivo movido a energias mais limpas nem incentiva o papel das tão reclamadas autoridades metropolitanas de transportes. O Governo deveria ter orientações, deveria dar orientações às empresas públicas de transportes para repor e reforçar horários de circulação e carreiras de transportes públicos na cidade de Lisboa anuindo em complemento na criação de bolsas de estacionamento nos interfaces à entrada da cidade, aqui sim haveria uma óbvia ventagem tanto para o ambiente como para uma qualidade de vida mais saudável quer para a bolsa do cidadão quer para um desenvolvimento sustentável ou alternativo, que se alarguem antes as faixas Bus e se estimule o uso de transporte público coletivo, corrijam-se os regulamentos de cargas e descargas, estimulem-se campanhas de sensibilização nas escolas para o perigo das alterações climáticas e para o uso das energias alternativas. --

----- Em suma, para concluir, é importante deixar claro que as portagens sem alternativa de transporte, como uma rede de transportes públicos eficiente que deem verdadeiras opções de utilização às pessoas que diariamente se deslocam não é uma boa medida ambiental porque não serve nenhum propósito de diminuição de tráfego e não contribui em nada para a diminuição da circulação de automóveis, do automóvel particular. -----

----- O objetivo real da solução das portagens é apenas um novo aumento de impostos, afinal quem está interessado em correr atrás da solução das portagens, os residentes e os munícipes? Não de certeza. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Eu queria naturalmente neste tema da fiscalidade verde e do pretexto de usar o ambiente para feitos fiscais ou outros, eu queria pôr o tema e pedir naturalmente ao Senhor Deputado Municipal que emitisse opinião sobre uma questão concreta: não existe ambiente sem pessoas e o critério major é o critério saúde das pessoas e, portanto, eu gostava de ouvir um comentário sobre a ausência de fundamento técnico

ou científico aprimorado sobre as questões da cidade de Lisboa, quer em questão do ambiente quer em questão da sua relação com a saúde, que existem estudos ou tentativas. -----

----- Por outro lado pôr a questão muito clara, a cidade de Lisboa não é comparável em questões de poluição de quantidade de partículas em suspensão, a cidades do norte com outros tipos de clima. Há aqui uma aplicação cega, pouco fundamentada e acho que básica em relação a um pretexto, serviu por ser do ambiente, provavelmente serviriam outros critérios quaisquer, desde que fosse para arrecadar novos impostos. ---

----- Por isso perguntava ao Senhor Deputado Municipal se as questões do ambiente são ambiente simples ou ambiente a ver com a saúde e se a cidade de Lisboa, se conhecem pelo menos uma dezena de postos de levantamento do estado de poluição ou de avaliação da exposição, se as estações de fundo, que são as que marcam claramente a relação com a saúde, nelas se verificam tantas alterações em relação ao limite, como por exemplo a estação que é a da Avenida da Liberdade, digamos que há aqui um critério sobre a poluição na cidade também de Lisboa que muito é importante saber-se um bocadinho mais do que tomar estas atitudes um bocadinho cegas e copiadas de terceiros. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte declaração política final: -----

----- “Agradeço os comentários do Senhor Deputado Municipal mas tal como nós já dissemos no início de facto o que está a acontecer é que o Governo está encapotadamente a esconder novos impostos sobre os cidadãos e como dissemos de outra maneira quem pode paga, quem não pode sofre e os encargos recaem obviamente sobre o consumidor final e aquilo que nós defendemos é de facto um incentivo à mobilidade suave, um incentivo ao transporte público, um incentivo à partilha do automóvel. -----

----- Gostaria apenas de repetir uma ideia chave que é: sem haver alternativa de transportes, como é uma rede de transportes públicos eficientes que crie verdadeiras opções de utilização às pessoas que diariamente se deslocam isso nunca será uma boa medida ambiental porque não serve nenhum propósito de diminuição de tráfego, não contribui em nada nem para a saúde pública nem para a diminuição da circulação do automóvel particular. -----

----- Obrigado.” -----

----- **Recomendação nº 4/43**, subscrita pelo Grupo Municipal dos Independentes (anexada à presente ata como anexo I, e dela faz parte integrante); -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinho (IND)** no uso da palavra fez a seguinte declaração política: -----

----- “Cara Senhora Presidente, Senhores Secretários, Caro Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e Srs. Vereadores, Caros e Caras Colegas Deputados Municipais e Caro Público Presente. -----

----- O grupo de Deputados Municipais Independentes traz a esta sessão de declarações políticas preocupações relativas à sustentabilidade e resiliência ambiental.

Conforme os alertas crescentes da comunidade científica nas últimas décadas, este tema encontra-se agora como nunca na ordem do dia. Cada vez mais as alterações climáticas, o pico do petróleo, a eficiência energética e autonomia local alimentar e de recursos passaram a fazer parte tangível do nosso vocabulário e realidade diária.-----

----- O mote da ecologia moderna através do qual Holling a partir dos anos 60 colocam um novo foco na importância da resiliência orçamental mantém-se como um desafio atual, a resiliência é a capacidade de um sistema restabelecer o seu equilíbrio após este ter sido rompido por um distúrbio e é a sua capacidade de recuperação e retorno ao equilíbrio. Tal conceito implica necessariamente a mudança e alteração dos comportamentos lesivos para o ambiente.-----

----- O sonho Humano de conquistar a natureza e crescer sem medida aliamos o impacto direto das catástrofes ambientais que já estamos a viver, então impõe-se a pergunta: qual a realidade que desejamos construir para as futuras gerações e qual o sonho que queremos fazer vingar? -----

----- Quando falamos de sustentabilidade falamos de uma luta entre o finito e o infinito entre a realidade que nós temos e aquela que desejamos, mas que ainda assim continua insustentável. -----

----- Como diria o economista e filósofo francês Serge Latouche *“Quem acredita num crescimento ilimitado compatível com um planeta limitado ou é louco ou é economista. O drama é que hoje somos todos economistas”*. Esta frase sintetiza bem a lógica do crescimento insustentado em detrimento das necessidades reais face a um número limitado de recursos disponíveis. -----

----- Num planeta de recursos limitados e comprovadamente atingido pela ação humana, por vezes de forma irreversível quando temos em conta os danos cometidos para com a biodiversidade e o número de espécies extintas, urge de uma vez por todas comprometermo-nos todas e todos com a corresponsabilidade de liderar um necessário processo de mudança. -----

----- Um processo de mudança assente na comunidade e na sua valorização como unidade essencial que contribui para estimular a mudança de comportamentos pró-ambiente, aumentar a resiliência local e contribuir para os esforços mais alargados que no mundo também pugnam pelos mesmos objetivos. -----

----- O município de Lisboa tem dado bons exemplos na articulação e desenvolvimento de soluções criativas e profícuas a nível comunitário, seja através dos milhares de atividades em que se junta como parceiro, quer através da promoção de sinergias locais como no caso do Programa Bip/Zip e outros. Urge então canalizar estas sinergias e esta energia latente para chegar mais longe, sensibilizando as/os Lisboaetas para estas questões.-----

----- Existem muitos exemplos pelo mundo de iniciativas de base comunitária, com vista a alcançar maior sustentabilidade com vista a alcançar melhor sustentabilidade ambiental, o modelo das Transition towns ou iniciativas de transição, nascidas em Inglaterra, as redes públicas de bicicletas, aproveitamento de telhados para microgeração e produção hortícola, granjas e espaços urbanos de policultura intensiva, redes de trocas de bens e serviços, etc. Todas elas servem um objetivo comum de

diminuir o impacto pernicioso da ação humana, mais e melhor qualidade de vida e promover a preservação e respeito pela natureza. -----

----- A preocupação com a sustentabilidade e equilíbrio do nosso mundo, com a felicidade das pessoas e o seu bem-estar tem de ser recentrados com medidas práticas e fazer parte de um pacote exequível de metas a atingir a curto, médio e longo prazo. Como se tem visto nas sucessivas Cimeiras do clima o compromisso político à escala global está longe do ideal e do necessário para reverter rapidamente o mal até agora feito, mas passos positivos estão a ser dados para alcançar objetivos de sustentabilidade concretos e eficazes e de médio prazo. Disso são exemplos os compromissos tomados na Cimeira do Clima, que terminou na semana passada nomeadamente através do aumento do Fundo previsto para combater os efeitos das alterações climáticas e com alguns países a estabelecerem metas mais ambiciosas para a diminuição da dependência dos combustíveis fósseis, redução das emissões de carbono e aumento e produção da energia renovável mas é necessário mais. -----

----- No caso de Lisboa e da sua área metropolitana não é irrelevante para estes objetivos a preocupação com a manutenção em esfera pública de recursos e serviços essenciais como a água, os transportes, a gestão e valorização de resíduos, pelo que também apelamos à criação de uma estratégia metropolitana com vista ao decrescimento da dependência dos combustíveis fósseis, redução dos gases de efeito de estufa e aumento da resiliência ambiental e comunitária. No seguimento deste tema apresentaremos também nesta sessão uma Recomendação à Câmara Municipal de Lisboa com vista a implementar algumas medidas práticas para sensibilizar as Lisboetas e os Lisboetas para as questões da sustentabilidade ambiental. -----

----- Aproveitar para dizer que de facto o Município já tem muitas atividades e muita informação produzida a este âmbito, torna-se urgente valorizar este conhecimento e multiplicá-lo. -----

----- Não é irrelevante para estes objetivos a preocupação com a manutenção em esfera pública de recursos e serviços essenciais como a água, os transportes e a gestão de resíduos, pelo que também apelamos à criação de uma estratégia metropolitana com vista ao decrescimento da dependência dos combustíveis fósseis, redução dos gases de efeito de estufa e aumento da resiliência comunitária. -----

----- No seguimento deste tema que apresentamos também nesta sessão uma recomendação à CML com vista a implementar algumas medidas práticas para sensibilizar as/os Lisboetas para as questões da sustentabilidade ambiental. -----

----- Apresentaremos também uma moção sobre o Regime de Arrendamento Apoiado cuja legislação se encontra neste momento em discussão. Dado o impacto que a mesma poderá ter no município urge assegurar a manutenção da autonomia do município na gestão do seu património habitacional e uma forma de cálculo mais justa para os agregados residentes em habitação municipal. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Leão (PS)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Senhora Presidente, Cara Mesa, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O nosso pedido de palavra é para saudar esta Recomendação dos Deputados Independentes, a relação da escola com a sustentabilidade ambiental é hoje cultivada creio que em todo o país, as próprias crianças e os jovens são certamente a geração mais consciente e mais sensível para os problemas da sustentabilidade ambiental, mas isso é justamente fruto do cultivo dos mais velhos e do cultivo das instituições. -----

----- Se Câmara se puder juntar através destes Workshops que propõem no primeiro ponto e que aliás nós tivemos notícia de que já no passado existiram, já no passado a Câmara fez esforços para formar professores que depois pudessem replicar pequenas hortas dentro das escolas, evidentemente que nem todas as escolas terão capacidade logística para replicar esses projetos, mas são projetos sem dúvida com fins pedagógicos muito úteis e essa noção prática, além obviamente do ensino científico, das ciências que acompanham justamente as questões de sustentabilidade ambiental é fundamental para que as crianças tomem como modelo as boas práticas que possam vir a ser realizadas para a preservação da natureza, do meio ambiente e de uma sociedade e de uma cidade, neste caso de Lisboa, motivada por equilíbrios que nos permitam conviver, nós cidadãos, a nós instituições, com o meio que nos envolve. -----

----- Por isso era esta a saudação que vos queríamos deixar ficar. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção política:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Caras e Caros Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- Como já foi aqui dito logo na primeira declaração política, pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata, através do seu líder, o Deputado Municipal Sérgio Azevedo, aquilo que foi afirmado é aquilo que todos os portugueses hoje sabem! António Costa, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa é hoje o candidato do Partido Socialista a Primeiro-Ministro de Portugal! E será certamente o futuro líder do Partido Socialista! Ganhou no passado domingo de forma inequívoca e expressiva as eleições primárias pelo Partido Socialista, promovidas pelo Partido Socialista. -----

----- Eleições primárias que foram um sucesso de envolvimento, de participação, de civismo e de cidadania! -----

----- António Costa, e isso não é um facto despiciendo, é hoje o candidato a Primeiro-Ministro que desde sempre teve mais votos para protagonizar essa disputa eleitoral, basta comparar a participação de simpatizantes e militantes do Partido Socialista nas eleições primárias do passado domingo, com os votos que normalmente elegem os líderes partidários no nosso país e isso não é um dado despiciendo na atual conjuntura política nacional que permitirá protagonizar cada vez mais aquilo que tem sido uma marca do Partido Socialista, que é bem corporizada na cidade de Lisboa, uma marca de envolvimento, de abertura à sociedade, de contar com todos!-----

----- Mas nós estamos em Lisboa e é de Lisboa que eu vos quero falar, porque desde o passado domingo nós temos tido variadíssimas intervenções sobre a permanência ou não de António Costa como líder da Câmara Municipal de Lisboa, quando é que poderá cessar essas funções, teses sobre a realização de eleições intercalares no

Município de Lisboa e vi mesmo também uma declaração de um grupo político sobre o marasmo que tem ocorrido na Câmara Municipal de Lisboa e até estendia esse marasmo à Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Não deixam de ser normais as interrogações, não deixam de ser normais essas intervenções, não deixam de ser normais, tudo aquilo que diz respeito a este processo, tudo aquilo que diz respeito a Lisboa, por parte dos vários partidos políticos, dos vários Vereadores na Câmara Municipal de Lisboa, da oposição dos vários grupos municipais, mas não deixando de ser normal, também vos digo com toda a sinceridade que algumas das coisas que li e ouvi não fazem nenhum sentido! -----

----- O próprio António Costa já disse que no momento próprio responderá a essas questões e caberá naturalmente a ele definir esse momento, é assim que tem que ser e nós Grupo Municipal do Partido Socialista estamos bem confortáveis com isso e quero crer que os lisboetas, por tudo aquilo que temos visto, por tudo aquilo que temos ouvido, também estão muito confortáveis com tudo aquilo a que têm assistido e deixem-me que vos diga que a própria participação de simpatizantes do Partido Socialista em Lisboa também não deixam margem para dúvidas a esse respeito. -----

----- Agora também vos queria dizer com toda a clareza em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, não se coloca nenhum cenário de eleições intercalares no Município de Lisboa, não existe nenhum marasmo na Câmara Municipal de Lisboa. Não existe nenhum marasmo na Assembleia Municipal de Lisboa, ainda há pouco a nossa Presidente dizia que para a semana será porventura a única terça-feira eu não temos tido reunião desde há um ano para cá. As Comissões funcionam, a Câmara Municipal reúne. Tudo está a funcionar e bem! Nós temos tido um excelente Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, temos a Câmara a funcionar, temos a Assembleia Municipal a funcionar e aquilo que eu espero é que todos os Grupos Municipais, todos os Partidos representados na Vereação também continuem a contribuir para este bom funcionamento.-----

----- Há pouco o Deputado Municipal João Pinheiro já reiterou a nossa disponibilidade para contar com todos os contributos em variadíssimas matérias, ele referiu especificamente tudo aquilo que tem a ver com uma mudança de paradigma do financiamento autárquico, mas a nossa postura na Assembleia Municipal, nas diferentes Comissões é de ouvir todos, integrar todas as propostas, todas as sugestões e, portanto, estamos muito longe do marasmo que ouvi descrito e contamos com todos os Deputados Municipais para que assim continue o bom trabalho que a Assembleia Municipal tem feito, o bom trabalho que a Câmara Municipal tem feito, mas também não queria deixar de dizer em nome da Bancada Municipal do Partido Socialista que nós asseguramos aqui que tudo continuará a funcionar bem na Cidade de Lisboa, independentemente de eventuais mexidas na Câmara Municipal de Lisboa e quando elas possam ou não vir a ocorrer, independentemente de mexidas no Grupo Municipal do Partido Socialista, independentemente de qualquer outro tipo de alterações que se possam verificar ao longo do mandato, independentemente de qualquer acontecimento que exista na vida interna do Partido Socialista nós já demonstrámos nos últimos meses que não misturamos tudo aquilo que é a nossa vivência interna enquanto grande

partido democrático da esquerda portuguesa, com as nossas responsabilidades no exercício das funções autárquicas no Município de Lisboa e, portanto, nós na Câmara Municipal de Lisboa, na Assembleia Municipal de Lisboa, nós continuaremos a trabalhar para continuar a transformar a cidade de Lisboa! -----

----- Nós Grupo Municipal do Partido Socialista continuaremos a apoiar de um modo construtivamente crítico tudo aquilo que é o trabalho do Executivo Municipal, mas também quero terminar deixando-vos descansados sobre um outro aspeto, se o atual Vice-Presidente Fernando Medina e quando vier a assumir as funções de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa estejam convencidos daquilo que eu já estou há muito tempo, ele será um grande Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, na linha de António Costa, João Soares e Jorge Sampaio porque sempre que o PS lidera a Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa avança e nós continuamos a transformar a cidade como o fizemos no passado, como o estamos a fazer no presente e como continuaremos a fazer no futuro! -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo, foi com muito gosto que eu ouvi agora a sua intervenção e reconheço que a forma quer como o Senhor Deputado Municipal interveio, quer como o Senhor Deputado Municipal João Pinheiro interveio é sinal que não estão muito seguros daquilo que vai acontecer no futuro, porque demonstram de alguma forma uma espécie de nervosismo e de dúvida em relação ao futuro. -----

----- Eu quero-vos dizer que não devem ter tantas dúvidas, da minha parte que conheço bem o atual Presidente da Câmara e penso que ele quando escolheu a equipa, este Presidente da Câmara concorreu, candidatou-se à Câmara de Lisboa com um propósito muito firme, vir a ser candidato a Primeiro-Ministro e a Secretário-Geral do Partido Socialista e candidato a seguir, veio na bola de cristal, ele candidatou-se com essa intenção, o que é inegável até nas afirmações que teve ainda não há muito tempo em que dizia que a votação expressiva que teve em Lisboa era de facto uma forma de catapultá-lo a outras responsabilidades! E está no seu pleno direito, a ambição do António Costa é perfeitamente legítima e naturalmente ele irá ser candidato a Primeiro-Ministro, esperemos que não ganhe, mas sou eu, vocês esperam que ganha, vocês esperarão que ele ganhe. -----

----- Agora o que demonstra da vossa parte é de facto algum nervosismo a porem essa dúvida! Que nós a púnhamos é como o outro, agora que seja o próprio Partido Socialista a fazê-lo? Mas o que é mais importante independentemente de quem vai ser, quando é que o Senhor Doutor António Costa vai deixar de ser Presidente da Câmara para se dedicar ao Partido Socialista e naturalmente à candidatura do próprio Partido Socialista nas legislativas, independentemente disto é um aspeto que depende da decisão dele, independentemente disso é fundamental que nós continuemos a pensar na cidade e de facto aquilo que tem sido visto, como diz o Senhor Deputado Paulo Figueiredo, não tem sido visto um marasmo da Assembleia Municipal, da

Câmara não tenho tanto conhecimento na medida em que não estou lá, mas da Assembleia Municipal garantidamente que confirmo as palavras do Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo, que tem havido uma atuação permanente, permanente e profícua da Assembleia Municipal em muitas matérias com uma atuação que de facto deve ser louvada e que se deve muito também à personalidade da própria Presidente da Assembleia, mas nós temos problemas e desafios muito importantes que independentemente que seja o Doutor António Costa o Presidente da Câmara, seja o Doutor Fernando Medina o Presidente da Câmara, não deixam de existir, e esses desafios prendem-se com uma questão que foi já aqui falada e que é fundamental para a sobrevivência das autarquias, nomeadamente Lisboa. Será que o Doutor António Costa se vier, se vier a ser Primeiro-Ministro, se, se, se vier a ser Primeiro-Ministro defenderá que as autarquias sejam financiadas através do IVA? -----

----- Será que o Doutor António Costa, se, se vier a ser Primeiro-Ministro defenderá a municipalização dos transportes públicos em Lisboa? Se, se ... E há outras questões, questões de agora da própria realidade, será que o Doutor António Costa concorda mesmo hoje que a EMEL transforme os seus estatutos por decisão única da própria EMEL, sem que a Assembleias Municipal tenha tido conhecimento? Sem que julgo que a Câmara tenha tido conhecimento? Onde é que nós já chegámos? Portanto, há situações que continuam na ordem do dia e a que todos nós temos de dedicar naturalmente a nossa atenção.-----

----- Aquilo que podem ter a certeza, é que da parte do Partido Social Democrata terá o mesmo empenho, a mesma seriedade e a mesma força para levar todos os assuntos que vierem à baila nesta Câmara e nesta Assembleia e nesta cidade no bom caminho, isso é que é a nossa vocação! Com uma oposição consciente, uma oposição democrática, uma oposição permanente mas honesta e segura e não com insultos, não com insinuações a pessoas que já cá não estão, nada disso!-----

----- Senhor Deputado Municipal João Pinheiro nós falamos olhos nos olhos quando dizemos é olhos nos olhos, o Senhor Deputado Municipal já é a segunda vez que é indelicado e eu espero que não haja terceiras. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção política final: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, muito obrigado ao Deputado Municipal Victor Gonçalves pela intervenção e pelas questões colocadas e uma primeira nota para lhe dizer que certamente o meu camarada João Pinheiro não quis fazer nenhuma insinuação, nem ser indelicado.-----

----- Sobre a sua intervenção, como sabe tenho tido alguns problemas pessoais ultimamente, nas últimas duas semanas, que tem acompanhado, mas eu procuro sempre manter o bom humor, mesmo nos momentos difíceis e, portanto, a propósito da segurança e da insegurança no que me diz respeito e ao camarada João Pinheiro é verdade que eu até domingo estava mais seguro do que estou hoje, mas a partir de domingo todos os militantes e simpatizantes do Partido Socialista deram à costa e trabalharemos para eles verem o António Costa como Primei-Ministro de Portugal!-----

----- E sobre aquilo que referiu nós não temos nenhum estado de alma sobre o tempo, o modo e tudo aquilo que se vai passar, porque nós temos duas certezas absolutas, é que nós vamos continuar a governar o Município de Lisboa com a excelência com que temos governado nos últimos anos e vamos corporizar uma alternativa à maioria PSD/CDS que governa o país e, portanto, não se trata de se, se, se, trata-se apenas e só de quando! -----

----- E por isso, mas Caro Deputado Sérgio Azevedo, há uma coisa que nós temos a certeza, é que teremos que fazer quer em Lisboa quer no país, tudo aquilo que tem que ser feito com a necessária humildade, porque as eleições só estão ganhas quando os votos são depositados e estão contados e todos nós temos os votos que merecemos e, portanto, nós temos em Lisboa que continuar a trabalhar com essa excelência para continuar o honrar os mandatos para que fomos eleitos, para governar a cidade de Lisboa e temos trabalhar para merecer a confiança dos portugueses. -----

----- Em relação à disponibilidade do PSD e ainda bem que confirmou que nós na Assembleia Municipal temos feito um excelente trabalho e também não discordou daquilo que eu afirmei em termos do trabalho da Câmara Municipal de Lisboa, pena é que outros Grupos Municipais e outros Partidos tenho feito as sucessivas referências a esse marasmo, mas eu quero crer que é um pouco a espuma dos dias tentar aparecer porque na verdade se há coisa que ninguém pode dizer é que não temos uma Câmara a funcionar, uma Assembleia Municipal a funcionar e uma cidade de Lisboa que tem evoluído pela positiva. -----

----- Naturalmente que não é tudo perfeito na cidade de Lisboa, mas estamos muito melhor hoje do que estávamos há seis ou sete anos e vamos continuar a trabalhar para continuar a fazer cidade, a transformar a cidade de Lisboa. Muito obrigado.” -----

----- **Moção nº 1/43**, subscrita pelo Grupo Municipal PCP (anexada à presente ata como anexo II, e dela faz parte integrante);-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Tiago (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção política: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, a política de privatizações levada a cabo pelos Governos praticamente desde o 1.º. Governo Constitucional e com ampliada intensidade a partir dos anos 80, sempre pelas mãos de PS, PSD e CDS tem sido uma das causas mais fundas da degradação social e económica do país, comprometendo gradualmente a própria democracia. -----

----- O país, ao contrário do que nos é sistematicamente anunciado não se reforça do ponto de vista financeiro ou orçamental, antes pelo contrário, com as privatizações fragiliza a sua economia, abdica de alavancas fundamentais e de importantes serviços para as populações e dos lucros e potenciais ganhos das estruturas que privatiza. -----

----- Olhando para a trajetória da dívida pública ao longo das últimas décadas facilmente percebemos que a dívida se agrava na medida diretamente proporcional ao avanço das privatizações. -----

----- Além disso as populações, o povo, o país, perdem o controlo democrático não apenas do ponto de vista económico e financeiro das empresas privatizadas como do ponto de vista operacional, ou seja, o país deixa de ter um conjunto de empresas com

as suas atividades e serviços sob o controle democrático e subordinados ao interesse nacional e passa diretamente o poder de decisão sobre a estratégia dessas empresas para os interesses privados, subordinando-os exclusivamente ao interesse da obtenção do lucro de acionistas.-----

----- Na maior parte dos casos os interesses são antagónicos, enquanto que o interesse público fixa o objetivo de melhorar constantemente o serviço com os menores custos possíveis, o interesse privado fixa única e exclusivamente o objetivo na maximização do lucro, que passa pela degradação da qualidade do serviço e pelo seu encarecimento. -----

----- Desde o 10º. Governo Constitucional, Governo liderado por José Sócrates que a privatização do Grupo Águas de Portugal tem vindo a ser preparada. Na verdade recordamos as palavras do então Ministro do Ambiente quando anunciava que a estratégia do Governo de José Sócrates consistia em privatizar as Águas debaixo para cima, mas essa estratégia foi continuada pelo 11º. e 12º. Governo Constitucionais, como agora é cada vez mais evidente. -----

----- O Grupo de Águas de Portugal e na altura pelas mãos do Partido Socialista perdeu para privados a Aquaport e este Governo está neste momento a promover a criminosa alienação de EGF contra a qual esta Assembleia já se pronunciou, no entanto não deixa de ser grave que o Presidente da Câmara e o Partido Socialista não só não combatam como estimulem a passagem da Gestão do Saneamento de Águas Residuais para a EPAL, principalmente no contexto em que é sabido estar igualmente a ser preparada a privatização dessa empresa isoladamente ou inserida na privatização do Grupo Águas de Portugal. -----

----- Uma vez mais o Partido Socialista prepara nos bastidores a política de direita que à frente de todos nega apoiar, essa política de privatizações tem custos cada vez mais inoportáveis para o país, em primeiro lugar para os trabalhadores das empresas que veem os seus direitos, salários e postos de trabalho serem utilizados pelo patrão sempre ao serviço do lucro. -----

----- Em segundo lugar o Estado é lesado materialmente, tal como o é o interesse público, contribuindo para a deterioração da receita, o aumento da despesa, particularmente no médio e longo o prazo, assim engrossando a dívida pública e consequentemente a fatia orçamental destinada a juros e a outros encargos da dívida. --

----- Em terceiro lugar o país perde o controlo político sobre a estratégia das empresas na água, no saneamento e nos resíduos, tais opções revelam um desrespeito grosseiro pelo interesse nacional e caracterizam o governo como um autêntico comité de negócios dos grandes grupos económicos. -----

----- A privatização dos resíduos e da água é contrária ao interesse público, aos princípios do ordenamento, da proteção ambiental, da saúde pública e da prevenção da escassez, enquanto que o Estado poupa com a poupança da água a empresa privada lucra com o seu consumo, ao mesmo tempo a privatização de recursos e serviços públicos essenciais à vida e às atividades humanas, introduz os mecanismos de funcionamento do mercado na formação de preço, elitizando o acesso à água, reservando-a para quem pode pagar, mecanismos esses particularmente distorcidos no

contexto monopolista, como é o do serviço de abastecimento, saneamento de águas e tratamento de resíduos.-----

----- Aqui e em todos os espaços e frentes institucionais, associativas ou de massas, o PCP alia a sua voz aos subscritores da iniciativa legislativa de cidadãos que deu entrada na Assembleia da República e que pretende impedir a possibilidade de privatização do sector das águas. -----

----- A água, a sua gestão, o seu tratamento, devem permanecer sobre o controlo público, não apenas porque a água não é uma mercadoria, não é um bem de consumo como outro qualquer, é antes um elemento essencial para a vida de todos os seres vivos, para todas as atividades humanas, um recurso que nenhum Governo, nenhuma autoridade tem a legitimidade de entregar seja a quem for pelo simples motivo de que não é seu. A água é de todos e combateremos pela água que bebemos como se fosse o ar que respiramos porque na verdade são igualmente importantes! -----

----- Sabemos que no passado o PS quis preparar a Águas de Portugal para ser privatizada, não sabemos o que pensam os eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia nem o candidato agora António Costa, que é ainda Presidente da Câmara Municipal, mas uma coisa podem desde já ficar esses eleitos e esse candidato a saber, qualquer colaboração que a Câmara Municipal, ou qualquer disponibilidade que esta maioria venha a manifestar em Lisboa para dar corpo à estratégia de entrega da água ou do saneamento a privados, terá o mais firme combate do PCP e estamos certos, forte condenação da população da cidade, e apesar de não sabermos o que defende agora, porque o PS defende sempre o mesmo e o seu contrário em função não dos seus princípios mas do posicionamento político que ocupa dentro ou fora do poder executivo, teremos essa oportunidade quando formos votar a Moção que o PCP aqui apresenta, nomeadamente dos pontos 1, 2 e 3: defender a água pública como um direito à vida repudiando a vontade do Governo de proceder à sua privatização; manifestar o apoio aos cidadãos, a esta Assembleia, às populações e às Autarquias Locais que lutem pela manutenção da água como um bem público, um bem essencial à vida humana e apelar aos Deputados da Assembleia da República que no dia 9 de outubro votem favoravelmente o projeto de lei de proteção dos direitos individuais e comuns à água, cumprindo a vontade da maioria da população portuguesa que é largamente favorável à propriedade e gestão pública da água, garantindo assim que ela continua a ser para todos. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Leão (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte interpelação: -----

----- “Tenho uma questão a fazer ao Grupo Municipal do PCP, em consequência do documento apresentado e da intervenção que expôs. Mas antes, gostava também de fazer uma ou duas referências muito breves. Dizer que assinala-nos como tendo duas faces, ou tendo uma política escondida, face às privatizações e nomeadamente em relação à privatização das águas. -----

----- Ora, isso, do nosso ponto de vista, não é verdade, e a pergunta que tenho para fazer é justamente, onde é que vê e observa esses sinais? Referiu-se à anterior governação socialista, inclusivamente, creio que o assunto não é trazido aqui para a

esfera municipal neste grau de análise, mas de qualquer forma impõe-se, dada a acusação que fez.-----

----- Mas dizer-lhe, sobre esta questão, que obviamente o Partido Socialista não tem, tal como o Partido Comunista tem, uma doutrina única em relação às privatizações e em relação às nacionalizações e aos setores económicos que devem estar na esfera pública, e aqueles que devem estar na esfera privada.-----

----- Nós consideramos que deve haver investimento estratégico, há setores estratégicos que devem estar na esfera pública, e aí devem continuar, e aí localizamos, justamente, a questão das águas. E há setores onde obviamente, o país, os cidadãos, os consumidores, em ganhar com lógicas concorrenciais, têm a ganhar com a exploração, a concessão a privados. -----

----- Em relação à moção que apresenta e que suporta, também, a sua intervenção e como a moção tem, quer considerandos, quer pontos deliberativos, bastante diferentes do que o Senhor Deputado aqui anunciou em claro confronto, e em clara acusação ao Partido Socialista, como a moção é bastante mais consensual, e bastante mais benigna, nós vamos votar a favor porque estamos contra a privatização das águas, e o país deve sabê-lo, a cidade deve sabê-lo, e estamos a favor de manifestar aos cidadãos do país a nossa solidariedade por todos aqueles que lutam pela manutenção das águas no setor público especialmente porque têm uma condição inerente à dignidade da vida humana. -----

----- Por isso, vamos votar a favor dos dois pontos Mas vamos pedir à Mesa uma votação ponto por ponto.-----

----- Em relação ao terceiro ponto, não podemos acompanhar. Não é vocação deste Grupo Municipal, pelo menos do Grupo Municipal do Partido Socialista, fazer recomendações ao nosso Grupo Parlamentar na Assembleia da Republica. Essa é a razão por que não vamos acompanhar o terceiro ponto, pelo que votaremos contra.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Tiago (PCP)** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado pelas questões que coloca que, ao contrário do que é habitual, no debate político às vezes não se colocam muitas questões, até são bastantes e dão oportunidade de esclarecer aqui um conjunto de coisas. -----

----- Em primeiro lugar, relembro os Deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista, que admito que tenham o princípio de não fazer solicitações aos Deputados da Assembleia da Republica, mas que esse princípio em algumas matérias, e até em concordância com o meu partido, já foram ultrapassados, nomeadamente, lembro-me da renda apoiada, em que a Assembleia Municipal com o voto favorável do Partido Socialista, apela à Assembleia da Republica para que altere aquela lei. Portanto, eu julgo que a água é um assunto de igual importância e que talvez mereça que os Deputados Municipais do Grupo Municipal do partido Socialista, façam expressar essa vontade junto da Assembleia da Republica.-----

----- O Senhor Deputado questiona-me sobre o que é que justifica que, da parte do PCP, possamos lançar sobre o PS a “acusação” que tem uma política de duas caras.

Senhor Deputado, essa é das perguntas mais fáceis que me fizeram na vida. Quer o Memorando da Troika para lermos quantas promessas de privatizações José Sócrates assinou em todos os setores de atividade? Não assinou sobre a água, é verdade, mas Senhor Deputado, hoje já não defende as que lá tinha. E, portanto, sobre duas caras, um partido que promete privatizar tudo. E, Senhor Deputado, lembra-se da carta que José Sócrates envia à Troika, em que diz “prometemos, a breve prazo, apresentar mais um conjunto de setores para privatizar”? Lembra-se quando o Ministro do Ambiente disse na Assembleia da República, que “a estratégia do Governo é privatizar as Águas de Portugal de baixo para cima”. Isso está tudo registado. É estratégia do Governo. ----

---- Lembra-se quando o Presidente das Águas de Portugal do Governo de José Sócrates disse que estava a preparar a pulverização da empresa na bolsa. Portanto, queiram, ou não queiram, o Governo de José Sócrates esteve a preparar a pulverização das Águas de Portugal na bolsa, e isso é sabido, é conhecido, na altura não era tão escondido como agora porque, provavelmente, o PS não quer assumir aquele que fez tudo para que a água fosse privatizada.-----

---- Mas, para terminar, registo apenas que o Partido Socialista na Assembleia Municipal de Lisboa entende que a água é um direito que deve ser assegurado a todos, independentemente, do seu estatuto socioeconómico. Há uma votação consentânea com esse princípio e ela também deve ser realizada na Assembleia da República. -----

---- E também apelo à sua bancada para que pondere a votação do ponto três desta moção que o PCP aqui apresenta, porque é o que dá corpo àqueles dois princípios que estão fixados no primeiro e segundo ponto”. -----

---- **Recomendação nº 3/43**, subscrita pelo Grupo Municipal do MPT (anexada à presente ata como anexo III, e dela faz parte integrante); -----

---- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

---- “Início a minha intervenção com algumas notas prévias. -----

---- Primeiro quero felicitar o atual Presidente da Câmara Municipal de Lisboa pela sua vitória nas eleições primárias do Partido Socialista. -----

---- Segundo, quer registar com agrado que, após o assunto ter sido abordado na informação escrita, foram realizados ontem trabalhos de limpeza na Doca da Caldeira que, apesar de provisórios, melhoram significativamente a qualidade do lugar. Contudo, continuamos a aguardar por uma solução definitiva. -----

---- Terceiro, gostaria de me referir às Jornadas Europeias do Património que decorrem nos dias vinte e seis, vinte e sete e vinte e oito de setembro, um pouco por todo o país. Trata-se de uma ação com relevante interesse, cujo objetivo é aproximar os cidadãos europeus, independentemente das suas diferenças culturais e linguísticas, sensibilizando-os para a importância da preservação do património, chamando a atenção para todos os bens culturais e promovendo a abertura de edifícios históricos habitualmente fechados ao público. -----

---- Em Lisboa, por exemplo, destacamos a abertura das Galerias Romanas da Rua da Prata, que habitualmente têm uma enorme procura devido à janela temporal de visita ser bastante reduzida. É do conhecimento geral as limitações técnicas que possibilitam

a visita, mas não deixaria de ser importante equacionar soluções para que todos os que vivem e visitam Lisboa possam usufruir mais vezes, desse espaço. -----

----- Centrando-me, agora, no tema da intervenção, o caso do Aqua Parque do Restelo, em Monsanto. Trata-se de um processo bastante polémico, aliás, um dos muitos que se vêm agastando ao longo do tempo, e que trás sérias preocupações aos munícipes de Lisboa, mas em particular á Associação de Moradores da zona do antigo Aqua Parque do Restelo, em Monsanto. -----

----- Quem passa de automóvel no alto do Restelo, em direção a Algés, dificilmente, se apercebe que outrora existiu ali um parque aquático. Há direita, as árvores e o declive do terreno, encobrem um espaço hoje sem qualquer tipo de atividade, animação, praticamente, desconjuntado e abandonado. -----

----- Ninguém diria que este foi um dos pontos mais requisitados de Lisboa nos dias quentes de verão. Mas isso foi á vinte e um anos atrás, antes do intervalo de quarenta e oito horas, terem falecido duas crianças no interior do Aquaparque do Restelo, sugadas pelas tubagens da piscina. -----

----- Para quem se recorda e viveu os acontecimentos da altura, cobertos na altura pela comunicação social, poderá causar estupefação o sossego de agora. Ou talvez não, porque se não tivesse acontecido tal situação, provavelmente o empreendimento continuaria a funcionar sem problemas e a negligência do estado português face à ausência de regulamentação da atividade de parques aquáticos, se arrastaria por muitos mais anos. -----

----- Já em 1997, durante o mandato do ex-Presidente João Soares, a Câmara Municipal cedeu o direito de superfície à empresa Aventura em Lisboa, por cinquenta anos, e mil e quinhentos euros de renda, tendo esta empresa apresentado um projeto com aval positivo ao então Instituto de Turismo de Portugal para a construção de um Parque de diversões, semelhante ao de Sevilha, nos terrenos do Aquaparque do Restelo. -----

----- Apesar da aprovação do projeto e da concordância das partes envolvidas, a Câmara nunca viabilizou esta construção, alegando que a empresa nunca entregou os estudos e projetos pedidos como o estudo de ruído e impacto menor na zona. Por outro lado, a empresa acusa a Câmara de nunca ter emitido a licença de construção. ----

----- Meus senhores e minhas senhoras, depois deste trágico acontecimento o Aquaparque do Restelo nunca mais abriu as suas portas ao público, até aos dias de hoje, embora em 2008, o Senhor Vereador Sá Fernandes, na altura Vereador eleito pelo BE, tenha forçado a sua entrada por três vezes no recinto do antigo Aquaparque, recorrendo a um despacho com bases em pareceres da polícia, bombeiros e serviços camarários, onde evocava o interesse público uma vez que o espaço, tal como estava, oferecia perigo. É um património da Câmara de Lisboa em alto risco, alertou o mesmo após o seu feito heroico, aliás, já diziam os nossos antepassados que “à terceira é de vez”, prometeu devolver em breve este espaço à cidade, acrescentando que “queremos traçar um plano de intervenção geral e de uso. É urgente que este espaço tenha uso público, sendo a prioridade a limpeza dos terrenos de forma a minimizar os riscos.

Para a posteriori, dotar estes mesmos terrenos de condições necessárias para que possam ser usufruídos.”-----

----- Após onze anos de imbróglis, o bom filho à casa sempre regressa, tendo a área ocupada pelo Aquaparque, cerca de 8,1 hectares de terreno, retornado à casa mãe por incumprimento da Sociedade Aventura em Lisboa Parque Temático de Diversões. -----

----- Para se justificar esta extinção do direito de superfície, o município aprovou em reunião de executivo esta extinção sem qualquer indemnização à empresa supracitada com base nas alegações que as obras deviam ter ficado concluídas num prazo de dez anos e que a empresa nunca entregou um estudo sobre ruído e impacto sonoro na zona. Contudo, a empresa em questão diligenciou uma ação administrativa contra a Câmara por esta não ter deferido o pedido de licenciamento para o arranque das obras reclamando um indemnização no valor aproximado de quarenta milhões de euros. -----

----- Com o descortinar do fim dos conflitos, entre concessionários do antigo Aquaparque, o Vereador Sá Fernandes, em Março de 2009, anunciou que queria fazer do local um jardim porque as piscinas estão todas destruídas e irrecuperáveis. Mesmo, a Câmara municipal estando com problemas financeiros, o responsável pelos espaços públicos e verdes, não estívéssemos nós em fim de mandato, e em início de campanha eleitoral, prometeu que em setembro de 2009, o recinto do Aquaparque no Restelo iria abrir ao público, em bora com pequenos arranjos e algumas zonas vedadas por questão de segurança. -----

----- A preferência por concursos de ideias afinal não é peregrina unicamente no caso dos brasões da Cidade de Lisboa. Para a mesma data da prometida abertura limitada do espaço, o Senhor Vereador Sá Fernandes anunciou um concurso de ideias que visava decidir que uso o recinto poderia ter no futuro. Questionado que usos poderiam ser esses apontava, desde atividades ligadas ao desporto, aos desportos informais até aproveitar os edifícios existentes para ensaios de artes performativas passando por utilizações ligadas à música, há muitas hipóteses. -----

----- Após as eleições, Sá Fernandes, espera reabrir o espaço em 2011, negando que esses atrasos tenham sido consequência das complicações judiciais, alegando que não conseguiu fazer as obras necessárias. -----

----- Como não há regra sem exceção, quando termina um mandato há que preparar um novo programa onde as mais diversas propostas velhas e novas, saltam escandalosamente à vista.-----

----- Há semelhança do que aconteceu em 2009, António Costa e José Sá Fernandes, renovaram em junho de 2013, um novo acordo político pré-campanha onde uma das prioridades é a reconversão do Aquaparque do restelo, num Jardim a iniciar naquele mês. Passou um ano, e o Jardim ainda não brotou, continuando em processo de hibernação. Estas últimas promessas foram já feitas pouco tempo depois de a Câmara receber uma sentença do Tribunal Administrativo do círculo de Lisboa que obriga a Câmara a integrar o terreno no Parque Florestal de Monsanto tal como estava em 1987, portanto, antes da construção do parque aquático. -----

----- O Partido da terra interroga-se porque é que o município não deu cumprimento à sentença proferida na sequência do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de

2009, e que na altura declarou, conforme requerido pela Associação de Moradores da Freguesia de São Francisco Xavier, nulas as deliberações camarárias que excluíram do usufruto público uma alargada área do Parque Florestal de Monsanto, mais especificamente entre o Hospital São Francisco Xavier e o Bairro de Caselas. Será que esta demora está hipoteticamente, relacionada com uma possível intenção de construir um condomínio privado semelhante ao da Quinta de Santo António? Ou então com a intensificação de uma unidade hoteleira que ocuparia na sua totalidade as instalações já existentes, sendo que a solução seria passar por uma unidade de execução que começa a ser um hábito nos processos urbanísticos da Câmara. -----

----- O que é certo é que, o Tribunal deu razão aos moradores, condenando o município a desocupar o espaço num prazo de trinta dias com multa de quarenta euros por cada dia de atraso num incumprimento da sentença. Porém, a remoção das vedações em volta dos oito hectares de terreno, a demolição de algumas construções e a reflorestação do terreno com espécies arbóreas existentes em 1987, tarda em ser cumprido. -----

----- O município contestou esta deliberação, argumentando que a anulação das suas deliberações não tinha como obrigatoriedade a retirada das vedações, demolição das construções e plantação de árvores. Passados todos estes anos, tirando a retirada de algum entulho e lixo, tudo continua praticamente igual, edifícios cada vez mais degradados, vidros partidos servindo, ultimamente, o cálculo de treino das equipas cinotécnicas da GNR. -----

----- O Partido da Terra espera que a câmara, finalmente, assuma a sua posição em relação aos terrenos do antigo Aquaparque, nomeadamente se tem, ou não, intenção de cumprir a decisão do tribunal para quando e de que forma? Mas, sobretudo, que coloque em prática um projeto de requalificação daquele espaço já que a última versão seria um jardim. Porém, com a velocidade com que se muda de estratégia, possivelmente iremos ver o município a retomar concursos de ideias sugeridas pelo Vereador Sá Fernando, em 2009. -----

----- Independentemente, da solução encontrada e decidida pelo município, o Partido da terra espera que os moradores sejam envolvidos e que aquele espaço seja restituído para usufruto dos lisboetas. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte interpelação: -----

----- “O Senhor Deputado António Arruda já nos tem habituado, aqui, a recomendações que pugnam por colocar questões da cidade que, ou estão em plano, ou estão a ser concretizadas. E este é mais um exemplo. Mas aqui, Senhor Deputado António Arruda, das duas uma, ou já não passa por lá há muito tempo, ou tem passado em excesso de velocidade, que até se vê cá de fora. E, neste caso, não só está tudo já terraplanado e aterrado, como foi assinado a semana passada e entra em obra amanhã, a última demolição de estruturas de betão e pórticos para que toda aquela zona seja devolvida à cidade e seja aberta a mata para ser colocada à disposição dos munícipes. -

----- Vão ser requalificados dos quiosques que lá estavam, para que a população possa usufruir dessa zona como zona de piqueniques e de lazer, e a vedação só não foi ainda retirada porque faltam tapar uns sumi dores e, não estão ainda reunidas na totalidade as condições de segurança. Não queremos que as pessoas entrem e tenham qualquer tipo de acidente. -----

----- Mas se quiser lá passar, aliás, eu tenho no telemóvel fotografias que depois da sua recomendação passei lá para tirar fotografias e lhe mostrar, portanto, se quiser ver posso-lhe mostrar as fotografias e pode ver de facto, que aquela zona já nem tem sequer nenhum tipo de sinal do que foi o Aquaparque, o parque aquático, e é neste momento a mata que se destinará aos munícipes. -----

----- Posso, também, dizer-lhe que a Câmara tem planeadas plantações que vão decorrer agora na altura das chuvas e, portanto, só reabrirá na verdade, como mata, na sua forma final, que se destina aos munícipes, na altura de fevereiro ou março. Portanto, esta é a informação que podemos dar, neste momento, e voltar a agradecer-lhe e lembrar-lhe as obras que a Câmara tem feito pela cidade na forma de recomendações sobre coisas que já estão a ser feitas. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** no uso da palavra, responde o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada, o que se está a fazer nos gabinetes da Câmara, não sei. Eu não estou na Câmara, não faço parte do executivo, nem somos Vereadores sem pelouro, portanto o que está dentro dos gabinetes eu não sei porque não sei o que se está a passar. -----

----- Aliás já fiz requerimentos à Câmara e ainda estou à espera da resposta. Portanto, isso não me diz nada. -----

----- Agora, eu passei já por lá, não passei nos últimos dias e talvez isso se tenha dado nos últimos dias, mas a verdade é que quando passei lá aquilo estava mal. Mas ainda bem que a Câmara o está a fazer. Só lamento é que seja com um atraso de muitos anos.” -----

----- **Moção nº 2/43**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE (anexada à presente ata como anexo IV, e dela faz parte integrante); -----

----- **Recomendação nº 2/43**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE (anexada à presente ata como anexo V, e dela faz parte integrante); -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Vasconcelos (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

----- “Antes de mais um ponto prévio já discutido bastante no âmbito desta sessão relativamente à eleição do Dr. António Costa nas primárias do Partido Socialista, o BE não vai entrar aqui, naturalmente, em questões sobre o que é que serão as intenções futuras e até as consequências profundas dessa eleição aqui na cidade. -----

----- O que nós queremos saber, e achamos que é fundamental que esta Assembleia Municipal saiba, quer os cidadãos desta cidade, tendo em conta o resultado do último domingo, quando é que se processará a sua substituição no âmbito da Câmara Municipal? É tão simples quanto isto. É uma questão de transparência perante quem o

elegeu, perante esta Assembleia Municipal, é com certeza isso que os cidadãos de Lisboa querem saber. Portanto, só esse ponto prévio a esse respeito.-----

----- O BE apresentou uma moção e uma recomendação no âmbito desta Assembleia Municipal. A recomendação diz respeito a um assunto que já falamos a semana passada que são as cheias ocorridas na cidade durante a semana passada. Poderia referenciar esse tipo de cheias e esse problema estrutural, o que aconteceu no ano passado, o que aconteceu há dois anos, enfim, trata-se de um problema estrutural da cidade. E por mais que o executivo camarário nos tenha dito durante a semana passada, nomeadamente através do Senhor Vereador que tinha havido aqui uma confluência de fatores extraordinários que tinham levado a essas cheias na cidade, eu acho que qualquer habitante desta cidade, nomeadamente das zonas afetadas, tem perfeita noção que as inundações ocorreram e que é quase um evento anual que ali acontece. Quem conhece a Rua de S. José, quem conhece a Rua de Santa Marta, eu tenho o privilégio de viver nessa freguesia e já vi isso acontecer muitas e muitas vezes. -----

----- Portanto, para problemas estruturais nós precisamos, com certeza, de soluções. ---

----- Bem sabemos que isso não se trata aqui de causas pequenas. São problemas de fundo, de impermeabilização dos solos, de políticas erradas das últimas décadas efetuadas na cidade, e isso exige uma requalificação e modernização da rede assistente. -----

----- E aquilo que verificamos e manifestamos durante a semana passada é que às vezes a atenção do executivo não tem sido a melhor dado esse tipo de assuntos.-----

----- Eu recorro, também, o assunto abordado a semana passada sobre o relatório anual dos serviços de águas e resíduos 2012, da ERSAR, no conjunto das entidades gestoras que operam os três componentes de saneamento básico, Lisboa foi, de facto, a única que não apresentou dados a esse respeito, ou pelo menos esses dados ainda não constam lá. Bem sabemos que já foi transmitido pelo Senhor Vereador que esses dados já foram comunicados continua a não constar, pelo menos pelo conhecimento que temos.-----

----- Uma vez que o plano de drenagem de Lisboa exige investimentos avultados, algumas notícias apontam, recentemente, para possibilidades que passam pela alienação da rede de saneamento da baixa da cidade à EPAL, empresa essa, como também aqui referido, especulam sobre a sua privatização. Questionamos também a coerência de se avançar nesse sentido, tendo em conta aquilo que recentemente esta Assembleia aprovou sobre a privatização da EGF. Se os resíduos são uma área estratégica, com certeza as águas, também, o serão.-----

----- Neste sentido, aquilo que apelamos é que seja apresentado um plano de requalificação e modernização da rede de saneamento e um plano que seja tecnicamente sólido, ambientalmente sustentável e em articulação com o Plano Verde de Lisboa e consequentemente com um calendário detalhado da execução do plano de drenagem de Lisboa. Portanto, esse é um dos pontos centrais da nossa recomendação. -

----- Apresentamos também, uma moção relativamente a um projeto que submetemos aqui à Assembleia Municipal relativamente a um projeto cultural dos artistas unidos,

que é um projeto que como saberão, tem atravessado algumas dificuldades e tendo em conta, problemas de financiamento e de políticas levadas a cabo a nível nacional, dificuldades essas que têm resultado, neste momento, depois de três anos de dinamização de um espaço abandonado, que são as instalações do Teatro da Politécnica, neste momento a Universidade de Lisboa seu por terminado esse mesmo contrato. -----

----- Há uma série de atores da sociedade civil que estão a mobilizar em torno dos artistas unidos, e achamos, e vemos com bons olhos, esse tipo de mobilização tendo em conta a política cultural da cidade que se quer bastante ativa a esse respeito, portanto, aquilo que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe é que a Assembleia Municipal, por um lado manifeste a solidariedade e o seu apoio a esse projeto cultural dos artistas unidos, por outro lado apelar a uma iniciativa da tutela, portanto, do Governo a nível nacional que possa apoiar a sobrevivência desse projeto resolvendo a questão do estrangulamento financeiro a que esse projeto está sujeito. Competindo à Câmara Municipal desenvolver esforços junto do executivo nacional a esse respeito.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Alves (PS)** no uso da palavra, questionou o seguinte:-----

----- “Duas questões, começando por, talvez, aquela que motiva o consenso e que é aquela questão que colocou em segundo lugar relativamente aos Artistas Unidos.-----

----- De facto, a preocupação é assinalada e acompanhamos a mesma, e apesar do otimismo que implicitamente revela quanto à possibilidade da tutela ser sensibilizada para apoiar uma entidade cultural, enfim, basta ver o que aconteceu com a decapitação do círculo cultural através dos concursos de apoio às artes para, enfim, aí, e com algum pessimismo excessivo da minha parte, não esperar daí, grande auxílio. Mas, de facto, é uma matéria que a Assembleia Municipal, e todos os órgãos autárquicos da Cidade de Lisboa acompanharão e da nossa parte, naturalmente, acompanharemos. ----

----- Quanto à outra questão, julgo que é notório alguma confusão entre o que é estrutural e pontual. Porque, de facto, exprimida a intervenção e também aquilo que nos apresenta no texto, efetivamente, não se percebe o rumo para onde pretende levar a intervenção e aquilo que nos coloca em cima da mesa. -----

----- É inegável que os problemas da impermeabilização do solo são problemas com os quais a Cidade de Lisboa se depara. Mas também sublinho que não são problemas típicos, próprios e exclusivos da Cidade de Lisboa, são problemas com características do tecido urbano que encontramos em vários pontos do planeta onde temos realidades industrializadas e realidades urbanizadas muito intensamente. -----

----- Portanto, aquilo que acaba por nos trazer, e reportando mais uma vez aos acontecimentos da passada semana em que, também com particular clareza, ficou claro o caráter excecional, as dificuldades em ativar o dispositivo face à instabilidade climática e à dificuldade em obter, face à carga significativa de pulverizada na Cidade de Lisboa, de facto não se percebe qual o rumo dessa parte da sua intervenção.

----- Temos de facto um problema estrutural nos pontos que aponta, nos locais da cidade que aponta e que, efetivamente, por vezes provocam um problema que tem de ser resolvido e encarado de forma estrutural, até concordamos que sim. Agora, fazer daqui procurar interligar com este um aspeto perfeitamente pontual é que nos parece particularmente pouco claro o que nos disse. Mas também, faz algumas extrapolações que me parecem falaciosas quanto á leitura que o município tem feito relativamente à privatização da EGF e outras realidades relacionadas com a gestão de resíduos e saneamento que nos coloca, que manifestamente é clara a oposição do município a uma estratégia que o Governo acabou de desenvolver e que é penalizadora, não só da nossa autarquia, como do conjunto dos municípios à escala nacional. O que não nos inviabiliza de pensar de uma forma coerente e estruturada qual é a forma mais adequada para gerir, nomeadamente, os aspetos que referiu quanto à cedência da gestão em relação à EPAL que está em cima da mesa. E é curioso, também, que o próprio texto que apresenta cita o Senhor Vice-Presidente da Câmara nos que respeita às intervenções feitas e cita com toda a clareza, a posição assumida. Porque das duas uma, ou conseguimos financiar através do fundo de coesão ou alternativamente, se há uma transferência para a EPAL, segue também a responsabilidade e a EPAL fica também responsável pela obra. É o próprio texto da resolução que aparenta ser totalmente contraditório com o alerta que nos coloca em cima da mesa e também pelos considerandos que não podemos acompanhar aquilo que nos propõe. -----
----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Tiago (PCP)** no uso da palavra, questionou o seguinte:-----

----- “Em primeiro lugar, para cumprimentar e saudar a intervenção tida pelo Grupo Municipal do BE, e de não só manifestar a inteira concordância da parte do PCP, quer com os termos da proposta, quer inclusive, com o conteúdo, nas duas dimensões, aliás, é conhecida a posição do PCP, principalmente sobre a gestão de resíduos mas, aqui queria dedicar-me à questão que levanta sobre a situação dos Artistas Unidos e apenas dar-lhe nota que a solidariedade e o apelo com essa companhia, como aliás, muitas merecem neste momento, não só como acabou de dizer o Deputado Pedro Alves, de estarem a ser fruto de uma política de estrangulamento por parte da falta de financiamento, mas no caso específico, pela situação com que estão a ser confrontados e nesse sentido, apenas para ilustrar essa posição, dizer que como é conhecido o PCP apresentou através do seu Grupo Municipal as perguntas que julga oportunas junto da Câmara Municipal, como também apresentou junto da Assembleia da Republica as perguntas à Secretaria de Estado da Cultura, na inexistência do Ministério, e o Ministério de Ciência e Ensino Superior, Ministério da Educação e Ciência, também no sentido de tentar perceber qual é que é o papel que o Governo pode aqui desempenhar ainda que saibamos que existe um quadro de autonomia universitária que é preciso respeitar, mas que não está desligado do subfinanciamento a que as universidades se movem e que, igualmente, as estrangula, como faz às estruturas de criação artística. -----

----- Ainda assim, confiamos e estamos de acordo com a ideia que aqui expressou que é possível havendo vontade de ultrapassar o problema, é preciso é que haja essa vontade por parte de um Governo que para a cultura não tem demonstrado vontade absolutamente, nenhuma.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra, disse o seguinte:-----

----- “Era importante que este assunto, pela importância que tem, e pela gravidade que pode vir a ter no futuro, fosse objeto de uma maior seriedade da forma como ele é abordado, e não tentar aproveitar uma situação crítica que ocorreu recentemente, para daí extrair ilações relativamente aquilo que é o comportamento da Câmara e as suas opções. Eu penso que esse tipo de forma de apresentar os problemas e de os discutir, contribui muito pouco para a sua solução o que agrava a sua permanência em termos de solução. -----

----- É obvio que a Cidade de Lisboa face ao sistema de drenagem que tem , extremamente antigo, necessita de um investimento muito forte para poder coloca-lo em situações de responder a pisos, e a situações extremas que com o processo que temos vindo a observar nas últimas décadas em termos de alterações climáticas, serão cada vez mais frequentes.-----

----- O Plano Municipal de Drenagem equacionou as soluções possíveis, não para resolver de forma cabal todos os problemas que poderão vir a ocorrer no futuro, era muito difícil prever tudo isso, mas pelo menos termos uma capacidade de resposta eficiente àquilo que é previsível que sejam a probabilidade de ocorrência mais frequente, e daquelas que podem ser de alguma forma, estimadas e assumidas o risco com um certo tipo de conhecimento.-----

----- E também, é verdade que a situação de indefinição política que se verificou nos últimos anos, e nos últimos governos, relativamente à forma de tratar o problema das águas e o problema da drenagem das águas residuais, Impediu que a própria Câmara municipal pudesse desenvolver uma alternativa, ou apresentar uma proposta, de ir implementando este plano. Eu acho que é essa a questão de fundo que aqui está. Porque era interessante e útil que o Município de Lisboa, à semelhança de outros municípios, pudesse gerir o ciclo da água no meio urbano. Isso tem imensas vantagens, a própria Câmara Municipal já adotou algumas medidas nesse sentido, como por exemplo poder aproveitar as águas tratadas para depois poder fazer regas ou poder fazer limpeza de ruas, portanto, há de facto um conjunto de aspetos do ponto de vista do sistema água e do ponto de vista ambiental que é interessante juntar as duas coisas. A forma de o fazer e o que isso implica é que ficou por decidir porque os avanços e recuos dos vários governos, nesta matéria, foram muito grandes. -----

----- Eu chamo a atenção que isso não devia de impedir que a Câmara olhasse para este problema, e pudesse ir fazendo algumas das peças fundamentais do Plano Municipal de Drenagem, nomeadamente àquilo a que se refere a bacias de retenção que bem estudadas foram colocadas em grandes espaços verdes, algumas delas estão já a ser implementadas nomeadamente, no Alto de Chelas, e continuar nesse tipo de trabalho porque isso vai permitir que mesmo sem uma intervenção profunda em todo

o sistema de drenagem de águas residuais, pudéssemos começar a modernizar alguns dos problemas que hoje se verificam.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Vasconcelos (BE)** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Deixe-me, antes de mais, agradecer as questões colocadas.-----

----- E começando pela questão dos Artistas Unidos, naturalmente, tomamos nota e concordamos com as questões colocadas tanto pelo Deputado do PCP, como pelo Deputado do PS. Também achamos que com certeza o Governo não irá de um dia para o outro, alterar a sua política a esse respeito. É um problema estrutural e que naturalmente a Câmara Municipal enquanto gestora dos interesses da cidade e gestora, também, daquele que é o interesse cultural da cidade, deve, olhando para esse projeto, assumir também a sua responsabilidade no seguimento até das intervenções feitas a esse respeito.-----

----- O segundo ponto que gostaria de sublinhar e que vi já durante a semana passada, aqui ser discutido e que nos deixa boquiabertos, é continuar haver aqui algum tipo de acusação de que o BE, ou outras forças políticas, estão a tentar politizar a questão das cheias que aconteceram em Lisboa durante a semana passada. Eu sublinhava aos Senhores Deputados o seguinte; para quem conhece, minimamente, a Rua de Santa Marta, a Rua de São José, os comerciantes daquela zona tem em permanência, dentro dos seus estabelecimentos, têm estruturas permanentes para que nos dias em que ocorrem grandes chuvadas poderem-se precaver das águas. Portante, acharem que isso é extraordinário é não conhecerem a realidade dessa zona e, com certeza, não conhecerem outras zonas da cidade. Trata-se de um problema estrutural, sem dúvida, de dificuldade de ordenamento, de planeamento urbanístico, etc., da cidade, mas este tipo de fenómeno, o que se passou na semana passada, quer dizer, nós podemos achar que foi extraordinário, sim, foi extraordinário durante este mês, ou durante este ano, mas acontece tipicamente todos os anos e toda a gente sabe. As pessoas daquela zona por vezes não param o carro em determinadas zonas baixas porque sabem que se chover o carro pode ir com a chuvada. Não vejo onde é que pode haver a dimensão política no mau sentido neste tipo de posicionamento do BE, sobretudo porque o BE aquilo que está a tentar fazer é precisamente sublinhar um problema que julgo que é reconhecido de todos, aqui nesta Assembleia Municipal, e sublinhar a necessidade de ação efetiva a ser tomada a esse respeito em linha com outras ações que estão a ser tomadas. É só isso que estamos a fazer. -----

----- Volto a dizer, irresponsabilidade é não ver, ou não assumir o que se passou durante a semana passada, que se trata de um problema regular que afeta diversas zonas da cidade. -----

----- Obrigada.”-----

----- **Recomendação nº 1/43**, subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP (anexada à presente ata como anexo VI, e dela faz parte integrante); -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Ferreira Lemos (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte declaração política: -----

----- “Em primeiro lugar quero felicitar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Dr. António Costa, pela sua vitória de domingo nas primárias do Partido Socialista, e desejar-lhe as maiores felicidades como líder do Partido Socialista, que governa Lisboa. -----

----- Como disse, o Senhor Presidente António Costa, na noite de Domingo, “este é o primeiro dia dos últimos dias do Governo”. Eu gostaria de ser esclarecido se hoje é, também, o primeiro dia dos últimos dias deste Presidente da Câmara, Dr. António Costa? -----

----- É necessário que esta Assembleia seja esclarecida o mais depressa possível quem é o chefe do Executivo Camarário. Aguardando com tranquilidade democrática as decisões do Senhor Presidente que só a ele cabem assumir. -----

----- Senhora Presidente, relativamente à recomendação do CDS-PP sobre a Moda Lisboa, apenas para transmitir que surge na sequência da posição do CDS-PP, em reunião de Câmara. -----

----- Consideramos o evento Moda Lisboa um momento importante de afirmação de Lisboa como capital relevante em todos os sentidos. Trata-se de uma manifestação cultural que entendemos ser uma forma de arte e de expressão artística. Aliás, arte e moda estão intimamente ligadas, como tivemos recentemente, ocasião de constatar com a presença da artista portuguesa Joana Vasconcelos, em Milão, num evento similar de moda italiana. -----

----- Entendemos, também, com relevante apoio material para o evento este poderia abranger mais pessoas manifestamente interessadas a dele usufruir, não só como entretenimento, mas também como motor e sobretudo, como motor original de divulgação artística e de criação original. -----

----- Esta ideia popular e democrática da arte, em todas as suas vertentes, implica que no futuro, não se restrinja a uma mera elite de baratas sociais que restringem a mobilidade cultural e arrastam a muito que, legitimamente, ansiavam a participar de uma forma mais direta. Como aliás, já aqui também foi dito pelo próprio executivo, há que reduzir despesas e há que tentar encontrar receitas e alternativas. -----

----- Eu penso que este esforço financeiro e material não é relevante da Câmara. Poderia numa próxima negociação da Moda Lisboa, que nós apoiamos, poderia ser revisitada e verificar-se a possibilidade de haver mais receitas através do pagamento de bilhetes, por exemplo, ou através de publicidade, ou através de mecenato a estes eventos, ou apoios comerciais, inclusive, e reduzir então o fosso material que a Câmara tem feito, que nos parece que é aquilo que devia ser que fundamenta um evento desta natureza. -----

----- Democratizar e popularizar eventos artístico-culturais em grande parte sustentados pelo dinheiro de todos, é um benefício importante sobretudo para aqueles que potenciam a criação e com difícil acesso a estes eventos de criar, ainda mais, uma forma elitista de arte. -----

----- Para terminar, gostaria de questionar o Executivo Camarário sobre como tenciona ultrapassar os problemas da obstrução da drenagem da cidade para que situações como aquela que a cidade de Lisboa viveu a semana passada, não voltem a ocorrer. ----

----- Governar é tomar opções e esta é uma opção vital para os lisboetas e para todos aqueles que nos visitam, contínua ou esporadicamente. Lisboa turística e com qualidade não pode ser uma Lisboa alagada, imobilizada nem uma Lisboa afundada. Temos que ter uma vida em Lisboa que previna este tipo de crises. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte interpelação: -----

----- “Senhor Deputado Ferreira de Lemos, denoto a sua concordância quanto às declarações do Dr. António Costa sobre estarmos a assistir aos últimos dias do governo da república, e congratulo-me com isso, e fico satisfeito que também concorde connosco. -----

----- Relativamente à recomendação que aqui apresenta, cumpre esclarecer-lhe e fazer aqui alguns reparos. O primeiro dos quais é que de facto, a Moda Lisboa existe desde os anos noventa. Mas como se recordará, num mandato atrás, tal como foi falado aqui, a Moda Lisboa teve que emigrar, e emigrou para Cascais durante uns tempos. E foi este executivo que conseguiu que a Moda Lisboa voltasse a ser a Moda Lisboa, em Lisboa, e deixasse de ser a Moda Lisboa, em Cascais. Coisa que Vossa Excelência se esquece de referir na sua recomendação. Era importante que isso ficasse claro. -----

----- E ao ler esta recomendação com acesso plural à Moda Lisboa, eu tive que a ler, e reler, várias vezes, porque eu acho que nem nos dias mais arregrados aqui da nossa esquerda, veríamos tal recomendação. Esta questão ideológica fez pensar, bem, democratizar, tornar acessível um evento privado a toda a população. Bem quem escreveu isto foi o PCP, e então reli. Bem, afinal quem escreveu isto foi o PCP, e reli, bem quem escreveu isto foi o PP, bem, então já sei, isto não é uma recomendação, isto é pura demagogia. E portanto, Senhor Deputado aquilo que aqui fez, foi pura demagogia vir aqui sugerir que a Câmara Municipal de Lisboa negocie com privado a abertura de uma iniciativa privada ao público em geral. É quase como dizer, vamos abrir os cinemas e partir de agora não cobramos bilhete e deixamos toda a gente entrar. -----

----- Eu acho que temos de ter aqui algum limite para a demagogia e acho que este limite foi claramente ultrapassado. E naturalmente, esta recomendação terá o voto contra do Partido Socialista. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez o seguinte protesto: -----

----- “É um protesto em relação a esta intervenção do Senhor Deputado Manuel Lage que já é repetido, é provocador e desnecessário. Pelo que não há necessidade neste tipo de intervenções, fica-lhe mal este tipo de ação. -----

----- Não precisa de evocar e desvirtuar, em provocar as posições do PCP em relação a esta situação. E pode muito bem argumentar que o CDS quer não abrir ao público em geral, é abrir a pagantes para que a publicidade pague esse serviço. Mas não é fazendo uma caricatura desavergonhada das posições do PCP, que de certa forma é uma provocação chamando pouco inteligente a quem pensa no PCP. -----

----- Penso que já é tempo, Senhor Deputado Manuel Lage, de argumentar por sua conta e deixe de mandar pedras para os telhados dos outros. São provocações desnecessárias e ficam-lhe mal e não é de admitir numa Assembleia destas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Ferreira de Lemos (CDS-PP)** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Manuel Lage quero dizer-lhe que não se trata de demagogia. --

----- A diferença na resposta já foi dada pelo Partido Comunista, e agora vou dar-lhe a minha versão.-----

----- Eu penso que demagogia é entregar setecentos mil euros a uma organização que pode angariar fundos que compensem esses setecentos mil euros, democratizando e popularizando, simultaneamente. Isto não é demagogia, pode cobrar alguns bilhetes, pode arranjar patrocínios que não públicos ou estatais, pode angariar publicidade, e isto, nada tem a ver com demagogia, e não é contrário á democratização e á popularização das formas artísticas, e isso também não é um domínio da esquerda nem do Partido Socialista, é também nosso património democratas cristãos. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente às questões que foram aqui colocadas, gostaria de responder a quatro em particular. Primeiro, relativamente á questão da Fiscalidade Verde, a posição do município tem sido sempre contrária a novas portagens urbanas. -----

----- Temos aliás chamado a atenção que o grande instrumento de regulação do tráfego na cidade tem sido a política de transportes públicos, deve ser a política de transportes públicos e somos defensores, aliás, nesse sentido, da municipalização do sistema de transportes públicos. Achamos que se forem geridos pelo município estarão em melhores condições para o fazer. Sem prejuízo da chamada Autoridade Metropolitana dos Transportes deixar de ser um organismo do Estado, e passar a ser um organismo da Área Metropolitana. Acho que são duas reformas importantes de se fazer e que ajudaria a termos o instrumento de regulação da mobilidade da nossa Área Metropolitana e da Cidade de Lisboa, em particular.-----

----- Chamo, aliás, a atenção que a generalidade dos acessos à Cidade de Lisboa já são portajados. Não nos opomos e sempre, aliás, dissemos que achávamos justo e correto que parte das receitas das portagens, serviço não só para financiar os investimentos na rodovia, mas permitisse, também, financiar os investimentos em transporte público. Parece-me justo e parece-nos correto que pudéssemos internalizar uma das estabilidades negativas do sistema que é a circulação automóvel no conjunto da área metropolitana. -----

----- Agora a introdução de novas portagens não nos parece razoável. As experiências que existem noutros países são países que não tinham este eixo na logica do financiamento, nem a articulação do sistema de entrada e o sistema de transportes públicos é o mesmo que existe cá. Julgamos, por isso, que não é uma medida adequada.-----

----- Achamos, por outro lado, e temo-lo dito, também, que a verdadeira portagem que já existe dentro da cidade é a tarifação do estacionamento, porque o estacionamento deve ser um fator de regulação da circulação dentro da cidade. No mandato anterior, demos aliás um passo muito importante, foi com a introdução da diferenciação da tarifa de estacionamento em função da relação entre a via e o serviço de transporte público, zona vermelha de máximo serviço de transporte público, zona verde em zona residenciais e de baixo serviço de transporte público. E esse é um instrumento que pode, e deve ser aperfeiçoado. -----

----- Como sabem, aliás, no modelo que temos de financiamento do transporte coletivo municipalizado, nós prevemos que parte dos lucros gerados pela EMEL, possam servir para financiar a melhoria no sistema de transportes públicos. E aí está outra forma de internalizar no sistema de transportes públicos, externalidades negativas resultantes da circulação dos automóveis dentro da cidade.-----

----- Portanto, essa é a nossa posição e não vemos motivo para mudar de posição nessa matéria e mantemos esse entendimento.-----

----- E relativamente à questão dos serviços públicos de água e resíduos, nós temo-nos oposto sempre à privatização da EGF, e em particular, temo-nos oposto à privatização da Valorsul. Já dissemos que mesmo que o Estado quisesse alienar a sua participação na EGF, devia primeiro permitir aos municípios poder adquirir a participação do Estado se assim o entendesse. Em segundo lugar, em caso algum na Valorsul devia de haver uma participação dos municípios inferior a 51%. Temos defendido esta posição do ponto de vista político, na Câmara, na Assembleia Municipal, posição unânime do Conselho Metropolitano e de todos os municípios servidos pela Valorsul, que vão daqui até Alcobaça, e temo-lo também defendido na esfera judicial. Temos também neste momento, se não entrou já, entrará brevemente uma nova providência cautelar relativa à decisão já adotada pelo Governo de adjudicação da EGF a um dos concorrentes. Portanto, essa é uma linha que manteremos e não esqueceremos enquanto não virmos salvaguardada a posição em que o mínimo é que os municípios têm de ter é de 51% do capital da Valorsul. -----

----- Relativamente às águas, sempre nos opusemos á privatização do sistema de água. Temos defendido uma outra coisa, e que é que o município possa alienar à EPAL a rede de saneamento em baixa de que o município é proprietário, alienar a rede e conceder o serviço de exploração de saneamento em baixa. -----

----- Creio que foi o Senhor deputado Fernando Nunes da Silva que disse que há várias vantagens em se poder fechar o ciclo urbano da água. E para fechar o ciclo urbano da água, no caso do Município de Lisboa onde a EPAL tem a concessão que tem, faz sentido que seja a EPAL a fechá-lo através da rede de saneamento em baixa.--

----- Quando eu cheguei à Presidência da Câmara, em 2007, já decorriam negociações entre o município e a EPAL para que se procedesse a essa aquisição, e até agora essa aquisição verdadeiramente, nunca se consumou porque as vicissitudes políticas, ou no Estado, ou na Câmara, o têm inviabilizado. Em primeiro lugar, fui eu que dei o meu contributo que ao chegar precisei de tempo para retomar as negociações no tempo em que estavam. Quando eu retomei as negociações no ponto em que estavam, chegou ao

termo as funções do Governo que estava em funções. Quando veio o novo Governo, naturalmente, a nova Ministra considerou que necessitava de tempo para retomar as negociações. Retomou as negociações que dessa vez chegaram a tão bom porto que o Governo chegou a aprovar a novo decreto-Lei que permitia largar o objeto social da EPAL para que a EPAL pudesse adquirir a rede de saneamento em baixa À Câmara Municipal de Lisboa. Acontece que antes desse decreto ser promulgado, o Governo caiu e o Senhor Presidente da Republica entendeu já não dever promulgar até vir o novo Governo. Veio o novo Governo e a nova Ministra pediu também tempo para estudar o assunto e para designar uma nova administração para as Águas de Portugal e para a EPAL. Lá decorreu o tempo, e lá foi a nova administração para renegociar o valor que estava em causa para essa alienação e veio fazer uma nova proposta que era insuscetível de abrir uma nova negociação, pelo que a conversa terminou imediatamente aí. -----

----- Como sabem, entretanto, apesar do Governo não ter mudado houve uma remodelação com uma reorganização das pastas. O novo Ministro do Ambiente tem tido uma postura diferente daquela que tinha a anterior Ministra Agricultura, Ambiente e várias outras coisas, e fomos agora informados que a Administração da EPAL tem uma nova proposta a apresentar-nos sobre essa matéria. -----

----- Esta questão é importante porque tem a ver com a intervenção feita pelo BE, a proposta da rede de saneamento. Como se recordarão, o Professor Carmona Rodrigues tinha encomendado e tinha sido aprovado já no meu primeiro mandato, o Plano de Drenagem da Cidade de Lisboa. Este plano prevê um conjunto de intervenções estruturais na rede de saneamento de forma a aumentar o grau de prevenção de situações atípicas como as que vivemos na semana passada. E a execução desse Plano de Drenagem tem um custo estimado de cerca de cento e sessenta milhões de euros de investimento. -----

----- E o que tem estado sempre previsto nas sucessivas etapas de negociação com a EPAL é que no custo, o preço, que a EPAL terá que pagar pela aquisição da rede de saneamento em baixa, esteja uma componente de assunção com a EPAL da execução do plano, e portanto, estes cento e sessenta milhões de euros são uma componente desse preço. Como essas negociações não chegaram, ainda, a um bom termo, tem vindo a ser adiado a solução do problema. A verdade é que como estava previsto ser financiado assim, no anterior quadro comunitário houve candidatura do município para que se procedesse à disponibilização de verbas comunitárias para se realizar este Plano de Drenagem. -----

----- Aquilo que o Senhor Vice-Presidente já disse é que nós precisamos de uma posição definitiva, com urgência, por parte da EPAL, porque das duas uma, ou a EPAL adquire a rede de saneamento em baixa e concomitantemente assume a obrigação de realização destas obras, ou a EPAL não assume a rede de saneamento em baixa e nesse caso o município tem de o saber já, porque tem de imediatamente, de preparar uma candidatura ao Fundo de Coesão porque só através de uma candidatura ao Fundo de coesão é possível mobilizar os cento e sessenta milhões de euros necessários á realização deste conjunto de investimentos.-----

----- Portanto, relativamente a essa matéria a nossa previsão é esta, não defendemos a privatização nem de uma coisa, nem de outra. Defendemos sim, que se possa fechar o ciclo urbano da água, e que é necessário termos uma posição definitiva sobre esta matéria para podermos estabilizar o modelo de financiamento da execução do Plano Geral de Drenagem. -----

----- É isto que tinha para vos dizer, Senhores Deputados.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Tiago (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente, é sobre a condução dos trabalhos. Em primeiro lugar, porque não nos parece justo que seja a Câmara Municipal a fechar os trabalhos da Assembleia sem que haja espaço, qualquer capacidade por parte da Assembleia que está a realizar a reunião, questionar a autarquia. Até porque foram aqui deixadas notas sobre a posição da Câmara Municipal que merecem reflexão e sobre as quais o PCP gostaria de deixar umas questões, nomeadamente, se a Câmara recuou na posição da EGF pública, para 51% pública, e os restantes 49% podem ser privatizados. E em segundo lugar, sobre as outras opções para fechar o ciclo urbano da água. Porque se do ponto de vista técnico essa é a opção que parece ser mais razoável, não podemos descurar que sabemos que a EPAL desempenha um papel crucial. -----

----- Está colocada a interpelação. -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “A questão é esta, o Senhor Deputado do PCP tinha pedido a palavra para fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, e a Mesa lendo aqui o artigo 40º do nosso Regimento sobre as declarações políticas, o número 4 diz; “ *Cada intervenção inicial é seguida de um período para perguntas ou intervenções sobre o que foi apresentado, posto o que tem lugar a intervenção final do mesmo Grupo Municipal ou conjunto de Deputados Municipais que exercem o seu mandato como Independentes, imediatamente a seguir às perguntas que lhe foram colocadas*”, e o número 5; “*A sessão termina com a votação dos documentos apresentados*”. -----

----- Diz, ainda, o número 7; “*Nesta sessão, para além dos Grupos Municipais e dos Deputados que exercem o seu mandato como Independentes, também pode intervir a Câmara Municipal, no sentido de responder às questões colocadas ao executivo municipal*”. Presume-se que as questões colocadas ao executivo municipal tenham sido colocadas nas intervenções dos Senhores Deputados, portanto, não é uma pergunta sobre a resposta. Portanto, é a interpretação que a Mesa faz. -----

----- Mas, naturalmente, se colocam esta decisão eu irei colocar à votação o vosso pedido no sentido de vos ser dada a palavra para fazerem uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara. É isto? Portanto, o sentido da vossa interpelação é de intervirem para fazerem perguntas ao Senhor Presidente da Câmara. Muito bem. -----

----- A Mesa tem esta interpretação e o Partido Comunista não se conforma com a posição que tem a Mesa. Portanto, a Mesa vai colocar à votação. -----

----- O Senhor Deputado Miguel Tiago pede a palavra. Microfone ao Senhor Deputado. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Tiago (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, não é que o PCP não se identifique com a interpretação da Mesa. Neste caso específico não nos parece claro que o regimento impeça, existindo tempos, que haja perguntas sobre as respostas. Gostava de clarificar que não estamos a contestar a sua afirmação inicial, apenas uma dúvida em relação a poder haver perguntas, ou não.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Penso que foi claro o vosso pedido de palavra. Portanto, a Mesa devolve a decisão que tomou, devolve-a ao plenário, e peço a vossa atenção porque vamos votar. Votos contra do PS, PSD e MPT, votos de abstenção dos 6 IND e os votos favoráveis do PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e CDS-PP. **Rejeitado**. Portanto, não teve acolhimento a vossa interpretação. A Mesa lamenta e informa que ainda ontem, em sede de Conferência de Representantes estivemos a ver se poderia haver, ou não, passado um ano de mandato, ajustamentos ao Regimento, e aqui está uma matéria que os Senhores Deputados poderão tomar iniciativa, se assim entenderem, de fazer ajustamentos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Tiago (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Peço a palavra para apresentar um protesto à forma como foi realizada esta votação. Não pelo resultado. Mas porque a Senhora presidente não deve colocar à votação se o PCP tem direito à palavra naquele momento, mas sim se há lugar, ou não, havendo tempos disponíveis. É essa a questão concreta, mas ainda assim, acatamos a decisão do plenário.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “A Mesa poderá ter colocado mal a pergunta. Peço desculpa se assim foi. Mas penso que o objetivo daquilo que se pretendia foi claro para toda a gente, e o resultado da votação também foi claro para toda a gente. -----

----- Vamos prosseguir. -----

----- Mas isto significa que a assembleia é soberana pelo que pode alterar o seu Regimento, o Regimento não é um dogma e, portanto, estas pequenas situações que ocorrem são uteis para que a gente faça um balanço sobre se o nosso Regimento é adequado, se deve ser melhorado, corrigido, num, ou noutro ponto, para que tudo fique mais claro. -----

----- Recordo que este modelo das Declarações Políticas, é a primeira vez que o estamos a fazer, é o primeiro mandato em que ocorre, pelo que, naturalmente, as coisas poderão corrigir-se no futuro. -----

----- Senhores Deputados, terminada a fase das intervenções o que a nossa Ordem de Trabalhos prevê agora é a votação dos documentos que foram apresentados, e temos seis documentos para votar; duas moções e quatro recomendações. -----

----- **Moção n.º 1/43**, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP, “**Em Defesa da Água como Direito Humano Fundamental E Serviço Público Essencial**”. Pedem que a votação seja ponto por ponto, e é por aí que vamos começar. Esta moção tem três pontos deliberativos. Vamos pôr à votação o **ponto número 1**, votos contra do PSD e

do CDS-PP, não há votos de abstenção, e os votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN e 6 IND. O **ponto 1 da Moção 1/43** foi **aprovado por maioria**. -----

----- A Mesa regista a ausência do PNPB nesta votação. -----

----- Vamos votar o **ponto número 2**, não há votos contra, não há votos de abstenção, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPB e 6 IND. O **ponto 2 da Moção 1/43** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Vamos votar o **ponto número 3**, votos contra do PSD e do PS, não há votos de abstenção, e os votos favoráveis do PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPB e 6 IND. O **ponto 3 da Moção 1/43** foi **rejeitado**. -----

----- Vamos passar à **Moção n.º 2/43**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, “**Por uma solução para o projeto cultural dos Artistas Unidos**”. Não há votos contra, não há votos de abstenção, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPB e 6 IND. A **Moção 2/43** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Vamos passar à **Recomendação n.º 1/43**, subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP, “**Por um acesso mais plural à Moda Lisboa**”. Votos contra do PS, votos de abstenção do PCP, PEV e MPT, e os votos favoráveis do PSD, BE, CDS-PP, PAN, PNPB e 6 IND. A **Recomendação 1/43** foi **rejeitada**. -----

----- Vamos passar à **Recomendação n.º 2/43**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, “**Por uma solução para as cheias em Lisboa**”. Votação ponto por ponto. **Ponto A**, votos contra do PS, PSD e CDS-PP, votos de abstenção de 6IND, e os votos favoráveis do PCP, BE, PEV, PAN, PNPB e MPT. O **ponto A da Recomendação 2/43** foi **rejeitado**. -----

----- Vamos passar à votação do **ponto B**, votos contra do PS, votos de abstenção de 6IND, e os votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNPB e MPT. O **ponto B da Recomendação 2/43** foi **rejeitado**. -----

----- O PS apresenta a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “*O Grupo do PS na Assembleia Municipal de Lisboa vem, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 63º n.º 1 do Regimento da AML, fazer constar da Ata da Reunião Ordinária realizada no dia 30 de Setembro de 2014 a sua declaração de voto referente a Recomendação n.º 02/43 subscrita pelo Bloco de Esquerda denominada “Por uma solução para as cheias em Lisboa”, apresentada e votada no PAOD e que mereceu voto desfavorável do Grupo do P5 com os seguintes fundamentos: -----*

----- *1. É inegável que as consequências resultantes da impermeabilização do solo, são problemas característicos de um tecido urbano com áreas urbanizadas de forma intensa e com os quais a cidade se depara. -----*

----- *2. O executivo já admitiu a importância do Plano de Drenagem de Lisboa como alavanca para uma intervenção estrutural de forma a dar resposta ao problema das cheias. Este Plano é extremamente ambicioso e envolve um investimento de cerca 160 milhões de euros.-----*

----- *3. O Partido Socialista entende que este é um tema relevante para a cidade, que tem suscitado algum debate e que requer esclarecimentos prévios a uma deliberação da Assembleia Municipal, pois a Câmara aguarda uma resposta da EPAL quanto à aquisição da rede de saneamento em baixa da cidade.”-----*

----- Vamos passar à **Recomendação n.º 3/43**, subscrita pelo Grupo Municipal do MPT, “**Pela devolução à cidade dos terrenos do Aquaparque**”. Votos contra do PS, não há votos de abstenção, e os votos favoráveis do PSD, PCP, BE, PEV, MPT, CDS-PP, PAN, PNP e 6 IND. A **Recomendação n.º 3/43** foi **aprovada por maioria**. -----

----- Vamos passar à **Recomendação n.º 4/43**, subscrita pelo Grupo Municipal dos Deputados Independentes, “**Por uma Lisboa ambientalmente mais sustentável**”. Não há votos contra, não há votos de abstenção, votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. A **Recomendação 4/43** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Terminamos esta fase dos nossos trabalhos, Senhores Deputados, temos quatro pontos inscritos, a ver se temos tempo de os debater ainda hoje.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara já nos tinha avisado que a partir deste momento teria que se retirar. Muito obrigado pela sua presença. Vamos nós prosseguir. -----

----- Temos, agora, quatro propostas para apreciar.-----

----- **PONTO 2 - PROPOSTA N.º 484/CM/2014 – APRECIAR A SEGUNDA REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PARA 2014, 2015 E 2016, DAS AÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA A REALIZAR AO ABRIGO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO PRIORITÁRIO EM AÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA (PIPARU), NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA F) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, CONJUGADA COM O ARTIGO 49.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO E AINDA O ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; (GRELHA BASE-68M)** -----

----- (A **Proposta n.º 484/CM/2014** fica anexada à presente Ata como **anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer conjunto** da 1.ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e da 3.ª Comissão, Comissão Permanente de Ordenamento de Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local fica anexado à presente Ata como **anexo VIII** e dela faz parte integrante).-----

----- Vejo que não há apresentação da proposta. -----

----- Os Senhores Deputados tiveram a ocasião de a apreciar em sede de comissão, foi apreciada pela 1.ª e 3.ª Comissões Permanentes. Julgo que o parecer é conjunto.-----

----- O relator do parecer não pretende apresentar o mesmo. Ressalvo que não há objeção alguma para a apreciação da proposta, pelo que está em condições de ser votada a proposta.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Goncalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu peço desculpa, Senhora Presidente. Naturalmente, que a 3.ª Comissão se revê no parecer dado pela 1.ª Comissão. -----

----- É óbvio que esta proposta é importante, e o PSD queria fazer algumas referências sobre ela. O PSD irá votar a favor desta reprogramação, no entanto, é bom esclarecer que este processo já corre desde 2009. -----

----- Em 2009, foi negociado com o BEI e com outros bancos, com o apoio do IRU, para um financiamento de cento e vinte milhões de euros para a reabilitação do edificado. Basicamente, para a reabilitação do edificado. E esse financiamento foi, depois, alargado, essas ações foram alargadas também, ao espaço público e aos equipamentos no entendimento de que estes equipamentos e esse espaço público de alguma forma, transformavam e melhoravam, até a relação com a habitação, com as pessoas que ocupam as casa que iriam, ou serão, reabilitadas. -----

----- Foi entendido, na altura, que estes valores deviam de ser equilibrados para habitação, para equipamentos e para espaço público. Equilibrados, no mínimo, um terço para cada um. Mais ou menos, isto foi cumprido e o que se notou foi uma pouca dinamização destes trabalhos de recuperação que eram previsíveis que acabassem passados dois, ou três, anos. Isso não aconteceu, e agora estamos já na quinta revisão deste programa. -----

----- Não temos substancialmente, alguma coisa a opor, até porque compreendemos de alguma forma os atrasos com falências de empresas, com dificuldades burocráticas, etc., mas há uma recomendação que nós faríamos, estas verbas são avultadas, são importantes, nós sabemos que estes trabalhos implicam contratos, implicam contratação pública, e todas essas complicações, o que por vezes demora, mas sendo tão importantes para a cidade a reabilitação do espaço público, da habitação e dos equipamentos, era forçoso que houvesse uma maior diligência da Câmara no sentido destas ações serem mais rápidas e eficazes. E é esse voto que o PSD aqui deixa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “A Mesa não regista mais pedidos de palavra sobre a **Proposta 484/CM/2014**.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta nº 484/CM/2014**, não há votos contra, não há abstenções, os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO 3 - PROPOSTA Nº 509/CM/2014 – AUTORIZAR A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NAS JUNTAS DE FREGUESIA, NO ÂMBITO DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL DE LISBOA – AGREGADOS FAMILIARES, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO DO N.º 1 DO ARTIGO 14º DA LEI N.º 56/2012, DE 8 DE NOVEMBRO, CONJUGADO COM O DISPOSTO NAS ALÍNEAS J) E K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DO N.º 2 DO ARTIGO 117º DO N.º 1 DO ARTIGO 120º E DO ARTIGO 131º DO REGIME JURÍDICO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS NAS FREGUESIAS, PUBLICADOS EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (GRELHA BASE-34M)** -----

----- (A **Proposta nº 509/CM/2014** fica anexada à presente Ata como **anexo IX** e dela faz parte integrante) -----

----- (O **Parecer** da 5ª Comissão, Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais fica anexado à presente Ata como **anexo X** e dela faz parte integrante) -----

----- (O **Parecer** da 6ª Comissão, Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania fica anexado à presente Ata como **anexo XI** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Vereador João Afonso** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -

----- “Este processo tem uma longa história do Fundo de Emergência Social para os agregados familiares entre a alteração do regulamento e voltou, quer dizer, foi feita uma proposta de alteração na Câmara Municipal, depois veio aqui a sua proposta de alteração porque sendo um regulamento que afeta, não só o funcionamento da Câmara, mas as famílias da nossa cidade, teria de ser aprovado na Assembleia Municipal, tal como foi inicialmente, depois, novamente voltou à Câmara para aprovação dos protocolos e para ver a necessária declaração de fundos disponíveis e, agora, finalmente, vem aqui os ditos protocolos e nós gostaríamos que tivesse sido tudo muito mais célere do dinheiro que tivesse disponível, mas com esta aprovação esperamos, finalmente, que o Fundo de Emergência Social para agregados familiares chegue através dos bons préstimos e a dedicação das Juntas de Freguesia, sabendo nós que muitas das Juntas de Freguesia já o declararam estar a acionar e precisam que ele entre o mais depressa possível em funcionamento. -----

----- Também com a esperança que não o teremos que fazer novamente, para o ano pois o objetivo é que este protocolo se mantenha e depois vai tendo reforços ao longo do tempo, conforme a verba disponível em orçamento. Esperemos que neste modelo, seja a última vez que aqui vem à Assembleia Municipal, e que o dinheiro chegue às famílias necessitadas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada Lúcia Gomes do PCP por não estar presente nesta sessão pediu-me para ser eu próprio a fazer a respetiva apresentação. -----

----- O parecer da Senhora Deputada foi aprovado por unanimidade, dentro da Comissão, e reitera os termos que, com a primeira proposta que falou o Senhor Vereador, foi apresentada e aprovada nesta Assembleia, mas chamo a atenção de um facto e de um ponto em que não são elegíveis certos casos em que há pessoas a fazer estágios e não está previsto nessa hipótese a poder provar que documentos utilizar para provar o efeito. E a recomendação é que seja tomado esse mesmo facto em consideração. -----

----- Também, reitero o pedido de cada vez maior simplificação dos processos para poder ser mais ágil a ação das Juntas de Freguesia junto das populações. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Não há mais pedidos de palavra sobre esta proposta. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta nº 509/CM/2014**, não há votos contra, não há abstenções, os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO 4 - PROPOSTA Nº 424/CM/2014 – APRECIAR OS CRITÉRIOS PARA A FIXAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES DE MEMBROS DE ÓRGÃOS DE GESTÃO DE EMPRESAS LOCAIS DA CML, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO N.º 2 DO ARTIGO 30º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, DO DECRETO-LEI Nº 71/2007, DE 27 DE MARÇO, REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 15º DOS ESTATUTOS DA GEBALIS, EMEL, EGEAC E LISBOA OCIDENTAL, SRU; (2X GRELHA BASE-68M)** -----

----- (A **Proposta nº 424/CM/2014** fica anexada à presente Ata como **anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **anexo XIII** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** na qualidade de relator do parecer da 1ª Comissão, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A proposta nº 424/CM/2014, tem como determinado fundamento a definir uma série de critérios para a fixação da remuneração dos membros de órgãos de gestão das empresas municipais de acordo com aquilo que a própria Lei 50/2012, dá ao nível de competências da Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O ponto mais relevante da proposta é que, vai ser definido um valor próximo entre o conjunto dos dois vogais de gestão das empresas municipais, nos valores de 100% e 97% do vencimento do Vereador da Câmara Municipal, incluindo o conjunto de despesas de representação, o que nos parece correto também, atendendo à divisão de tarefas e ao fim ao cabo, hoje em dia, e cada vez mais, com aquilo que a própria lei 50/2012 faz, havendo só dois membros há uma série de funções que também são muito próximas. -----

----- É importante realçar há uma redução daquilo que a despesa global da Câmara Municipal de Lisboa com as remunerações dos órgãos de gestão em cerca de 35 a 1000 euros por ano, em que todas as várias empresas municipais baixam aquilo que é o conjunto de remunerações dos seus órgãos, exceto aquilo que a EGEAC que é a única empresa que resiste a um aumento de remuneração dos seus órgãos. -----

----- É importante, também, de realçar que foi pedido um parecer ao jurídico para conseguir aferir qual é que é a aplicação, quando é que vai ser feita a aplicação do conjunto de alterações agora decididas, ou seja, concluiu-se que a proposta está em condições de ser votada aqui em Plenário.”-----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Não há mais pedidos de palavra sobre esta proposta. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 424/CM/2014**, votos contra do PSD e do PAN, abstenções do BE e do CDS-PP, os votos a favor do PS, PCP, PEV, MPT, PNP e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por maioria**. -----

----- O BE apresenta a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- *“Os Deputados Municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda, declaram votar contra a Proposta n.º 424/2014 (Proposta 424/CM/2014 - Critérios para a fixação das remunerações de membros de órgãos de gestão de empresas locais da CML) não por oposição aos valores apresentados que são de facto, mais baixos que os anteriores mas, porque a discordância expressa quanto o nosso sentido de voto prende-se antes com o facto de sermos contra a arquitetura empresarial municipal de Lisboa tal como neste momento existe, nomeadamente a existência de algumas daquelas Empresas Municipais cujas funções, do nosso ponto de vista, podiam e deviam ser internalizados nos serviços municipais.”* -----

----- **PONTO 5 - PROPOSTA N.º 425/CM/2014 – APRECIAR O CONTRATO PROGRAMA 2014 A CELEBRAR COM A EGEAC – EMPRESA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ANIMAÇÃO CULTURAL, E.M., E CORRESPONDENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, NOS TERMOS DO N.º 3 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA, AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO N.º 3 DO ARTIGO 32.º, ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 42.º, N.ºS 1 E 5 DO ARTIGO 47.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEMN COMO DOS ARTIGOS 65.º E 66.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS, DO ARTIGO 24.º E DAS ALÍNEAS A) E B) DO ARTIGO 27.º DOS ESTATUTOS DA EGEAC; (2X GRELHA BASE – 68 M)**-----

----- (A **Proposta n.º 425/CM/2014** fica anexada à presente Ata como **anexo XIV** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **anexo XV** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer** da 7ª Comissão, Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto fica anexado à presente Ata como **anexo XVI** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Relativamente a esta proposta, só nos é pedido a aprovação do ponto terceiro que tem a ver com a aprovação do Contrato de Programa para 2014 a celebrar com a EGEAC e a repartição de encargos correspondente. É este o ponto que está em apreciação. -----

----- A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto dispensa a apresentação da proposta. ----

----- Esta proposta tem dois pareceres da 1ª e da 7ª Comissão. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Eu vou prescindir de fazer a apresentação deste parecer.-----

----- Mas é só para dizer que no ponto oitavo das conclusões do parecer, falta aí uma palavra que é “reservam”, ou seja, “*a proposta está em condições de ser debatida e votada em Plenário pela Assembleia Municipal de Lisboa, para onde as forças políticas reservam o seu sentido de voto*”.-----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte:-----

----- “Está retificado o parecer da 1ª Comissão. Relativamente à 7ª Comissão, pergunto se alguém da 7ª Comissão quer fazer uma apresentação do parecer? Não querem fazer. Muito bem. Nesse caso, a Mesa vai colocar à votação a **Proposta n.º 425/CM/2014**, apenas a parte que nos compete e que se refere ao ponto terceiro que tem a ver com a aprovação do Contrato de Programa para 2014 a celebrar com a EGEAC e a repartição de encargos correspondente. Votos contra do BE, abstenções do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, PCP, PEV, PAN, MPT, PNPN e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por maioria**.-----

----- O BE apresenta a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “*Os Deputados Municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda, declaram votar contra a Proposta n.º 425/2014 (Contrato Programa 2014 a celebrar com a EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M) atendendo à sua duvidosa legalidade, nos termos em que a mesma é referida no Relatório da 1.ª Comissão permanente desta Assembleia, disponível in <http://www.am-lisboa.pt/documentos/1412069698U0sFU7ui1Gy60ZN2.pdf>, e bem assim pelos fundamentos da opinião do Relator aí expressa.*”-----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados, informo que teremos a nossa próxima sessão, não de hoje a oito dias, mas de hoje a quinze dias, com o debate anual do Estado da Cidade. Portanto, espero-vos cheios de energia para esse debate, e bom trabalho.”-----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e quinze minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções de Técnica Superior no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----